

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado conclui votação de PEC que destrava auxílio 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

10 milhões de senhas de e-mails do Brasil vazam 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Texto abre brecha para carimbar verba para militares 8

O GLOBO - RJ - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF repassará diálogos da Lava-Jato ao STJ 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desemprego e pandemia elevam risco de perda de benefícios 10

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Crise leva trabalhador a parar de contribuir com o INSS; veja os efeitos e o que fazer
..... 12

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC emergencial: para cumprir, governo pode ter que acabar com deduções do IR e incentivo
ao MEI 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mulheres ganham (muito) menos do que homens - MERCADO S/A 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Diesel sobe na bomba após isenção de tributo 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Com estagnação e inflação, Bolsonaro segue rota de Dilma pré-impeachment 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Previsão para PIB variou de +2,5% a -6,6% ao longo do 1º ano da pandemia 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Três sugestões ao Congresso e governo - NELSON BARBOSA 27

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

A cartilha de Bannon e as aberrações de Bolsonaro - COLUNA DO ESTADÃO 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB paulista resiste e cresce 0,4% na pandemia (3) 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Guedes vê perda estrutural em PEC do auxílio.....33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para economistas, ajuste fiscal vira promessa em PEC.....34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Na contramão do país, PIB de SP cresce 0,4%.....36

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - O CUSTO DO DESCASO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresas temem falências e demissões.....37

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - O CUSTO DO DESCASO
ECONOMIA

Aéreas cortam voos; "lockdown" preocupa hotéis e agências.....38

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - O CUSTO DO DESCASO
ECONOMIA

PEC Emergencial traz alívio para cenário fiscal, dizem analistas.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA

Lira busca a via rápida para a anti-reforma política (3).....41

Senado conclui votação de PEC que destrava auxílio



O ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), em pé, conversa com o presidente do Senado Rodrigo Pacheco, na votação do 2º turno da PEC Emergencial. Raul Spinasse/Folhapress

Renato Machado, Thiago Resende e Danielle Brant

O Senado concluiu na manhã desta quinta (4) a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que destrava uma nova rodada do auxílio emergencial, mas estabelece um teto de R\$ 44 bilhões para o pagamento do benefício.

A PEC Emergencial agora segue para a Câmara dos Deputados, onde também precisa tramitar em dois turnos e ser aprovada por 60% dos deputados federais.

Durante a tarde, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a admissibilidade do texto deve ser votada na terça-feira (9), e os dois turnos, na quarta-feira (10).

"Para a semana que vem, não é justo que a PEC saia hoje [quinta] do Senado e a Câmara tenha que votá-la hoje ou amanhã, sem discutir", afirmou. "O Senado levou um tempo maior, e os deputados e deputadas tendo conhecimento do texto, pelo menos dá para as lideranças e os partidos se posicionarem em relação ao mérito a partir da terça-feira, que é o que eu penso."

O relator do texto na Câmara será Daniel Freitas (PSL-SC).

A proposta aprovada apresenta os gatilhos planejados pela equipe econômica, para serem acionados em caso de aperto fiscal da União, estados e municípios. No entanto, o texto aprovado é uma versão desidratada do projeto inicial do ministro da Economia,

Paulo Guedes.

Guedes afirmara a interlocutores que deixaria o governo se a PEC Emergencial não fosse aprovada. Apesar das concessões feitas na proposta, a versão que teve o aval do Senado, inclusive com o limite de R\$ 44 bilhões ao custo do auxílio emergencial neste ano, foi bem recebida pela equipe econômica, que conseguiu destravar uma PEC de 2019.

Os senadores aprovaram a proposta em segundo turno por 62 votos a 14.

Na noite anterior, os congressistas já haviam chancelado a proposta em primeiro turno, por 62 votos a 16.

O governo esteve perto de sofrer uma derrota com a votação de um destaque que previa justamente a extinção do limite de R\$ 44 bilhões para o novo auxílio, mas a proposta foi mantida por 55 votos - eram necessários 49 votos.

A ideia de travar o custo da renovação do auxílio emergencial foi defendida pelo líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), em entrevista à Folha publicada nesta semana. O governo argumenta que o teto serve para dar previsibilidade às contas públicas, mas a oposição diz que isso dificultará a possibilidade de elevar o valor do auxílio ou o número das parcelas. Se aprovado também pela Câmara, esse limite dependerá de outra negociação com o Congresso no futuro para ser elevado.

Na avaliação de técnicos do Ministério da Economia, embora a versão final seja mais enxuta que a considerada ideal para Economia, o governo conseguiu aprovar, no mesmo texto, a liberação do auxílio junto com os gatilhos - medidas a serem acionadas, por um período determinado, em caso de crise nas contas públicas.

Líderes do Senado queriam autorizar apenas a nova rodada do auxílio - sem a sinalização de compromisso com o ajuste fiscal. Interlocutores do governo então negociaram para evitar uma ampla derrota de Guedes. O "fatiamento" da PEC então foi rejeitado pelos parlamentares.

O governo avalia criar faixas com valores distintos do

auxílio emergencial a depender do perfil do beneficiário. A proposta em estudo prevê parcela padrão de R\$ 250.

No desenho em elaboração, beneficiários que atendam aos critérios e não tenham filhos ou dependentes terão direito a parcelas mais baixas. O patamar de R\$ 150 atualmente é o mais provável. No caso das mulheres chefes de família, o pagamento pode ser de R\$375 por mês.

Aproveitando a disposição do Congresso para aprovar o auxílio, Guedes condicionou a nova rodada à PEC Emergencial, que estava parada no Senado desde o fim de 2019. A proposta era mais rígida no controle de gastos públicos, prevendo, por exemplo, o corte de jornada e de salários de servidores quando as contas públicas entrassem em situação de forte aperto.

Para obter apoio no Senado, o governo teve que ceder, mas manteve pontos considerados vitais para a equipe econômica. Os gatilhos agora são mais brandos, como barreira a concursos públicos, reajuste salarial do funcionalismo e à criação de despesas obrigatórias.

A PEC, como defende Guedes, prevê um protocolo a ser acionado em caso de calamidade pública. No ano passado, por causa da crise da Co-vid-19, foi decretado estado de calamidade, por exemplo.

No protocolo previsto, serão acionados os gatilhos durante o período de calamidade, ou seja, medidas que visam barrar o aumento de gastos com funcionalismo, como criação de cargos e progressão nas carreiras, além de criação de benefícios tributários.

Numa versão anterior, essas medidas, como vedação a reajustes salariais de servidores, valeriam por dois anos após o fim da calamidade, mas, para aprovar a PEC, a vigência dos gatilhos foi reduzida.

Na calamidade, estados e municípios poderão adotar essas medidas. Caso não acionem os gatilhos, não terão acesso a garantias da União ou a empréstimos.

Os gatilhos também podem ser acionados pela União, pelos estados e pelos municípios nas situações de aperto nas contas públicas: despesa obrigatória primária passar de 95% da despesa obrigatória total ou despesas correntes estiverem acima de 85% das receitas correntes. A expectativa é que esse cenário se concretize apenas em 2024 ou 2025.

Durante a tramitação no Senado, provocou polêmica a inclusão no texto do relator Márcio Bittar (MDB-AC) de proposta que extinguiu os mínimos constitucionais

para saúde e educação. O dispositivo provocou pronta reação de senadores, governistas e oposição.

Bittar, parlamentar muito próximo a Guedes e que trabalha em sintonia com a equipe econômica, precisou recuar para evitar a derrubada da PEC Emergencial.

O governo e o relator também precisaram desidratar a PEC ainda mais para viabilizar a sua aprovação. Bittar também recuou no corte nos repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES, atendendo a pedidos de diversos partidos, inclusive da base do governo.

O relatório final, por outro lado, manteve a desvinculação de receitas para atividades de administração tributária. Isso poderá enfraquecer o funcionamento e a autonomia dos órgãos de fiscalização tributária no âmbito da **Receita Federal** e dos demais entes federados, segundo auditores fiscais.

Outros setores da administração pública conseguiram garantir a possibilidade de que receitas sejam vinculadas a suas atividades. Por exemplo, as Forças Armadas e as atividades de defesa nacional.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>



O que prevê a PEC Emergencial

- Permite nova rodada do **auxílio** em 2021, com **custo** de até **R\$ 44 bilhões**
- Novo auxílio fica **fora do teto de gastos**
- Cria **gatilhos** a serem acionados em caso de **aperto nas contas públicas** (despesa obrigatória primária passar de 95% da despesa obrigatória total)
- Gatilhos são, por exemplo, **barreira a aumentos de gastos com servidores** e à **criação de despesas obrigatórias** e de **benefício tributário**
- Cria dispositivos para enfrentamento de novas calamidades públicas, como regras para **contratação de pessoal**
- Em caso de calamidade pública, gatilhos de controle de despesa também são acionados
- Prevê que uma lei complementar traga regras e medidas visando a sustentabilidade da dívida pública
- Uso do saldo financeiro dos **fundos públicos** para **abater a dívida pública**
- Determina prazo para que o governo apresente um plano para redução gradual dos benefícios tributários
- Acaba com a **vinculação de receitas** para atividades da **Receita Federal**
- Limita a vinculação de receita para fundos públicos
- **Prorroga** para 2029 o prazo para que estados e municípios paguem **precatórios**
- Acaba com a obrigatoriedade para que União crie financiamento para ajudar no pagamento desses precatórios

O QUE SAIU DA PEC

- Fim do gasto mínimo para **saúde e educação**
- Gatilhos mais rígidos, como **cuta de jornada —e de salário—** de servidores públicos em até 25%, redução de pelo menos 20% dos cargos de confiança
- Fim das **transferências** de recursos do **FAT ao BNDES**
- Fim da obrigatoriedade de reajuste anual dos servidores
- Limite à correção de valores das emendas parlamentares
- Extinção de municípios pequenos
- Criação do Conselho Fiscal da República
- Fim de vinculações de receita

10 milhões de senhas de e-mails do Brasil vazam

Bruno Romani

Mais de 10 milhões de senhas de e-mails de brasileiros foram expostas na internet em um vazamento global de 3,2 bilhões ocorrido no começo de fevereiro. Entre as credenciais brasileiras estão mais de 70 mil senhas da administração pública, como de emails da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Petrobrás.

Os números foram obtidos após análise exclusiva para o "Estadão" feita pela empresa de cibersegurança Syhunt.

O vazamento ocorreu no começo de fevereiro e traz 3,28 bilhões de senhas para cerca de 2,18 bilhões de endereços únicos de e-mail. O arquivo de 100 GB foi publicado no mesmo fórum onde, em janeiro, hackers colocaram à venda bases de dados que comprometeram 223 milhões de CPFs, 40 milhões de CNPJs e 104 milhões de registros de veículos.

Ao contrário do megavazamento de janeiro, no qual as informações de brasileiros estavam à venda, o vazamento de senhas foi disponibilizado integralmente de forma gratuita - qualquer pessoa pode baixar.

Entre as informações de brasileiros, existem pelo menos 10 milhões de senhas. Esse é o número de credenciais referente apenas a e-mails do domínio ".br" - cerca de 26 milhões de domínios em todo o mundo foram afetados. Isso significa que o número de brasileiros atingidos pode ser maior. A análise não incluiu serviços de e-mail muito populares por aqui, como Gmail e Hotmail, pois eles estão no domínio ".com".

Embora o vazamento de janeiro tenha muito mais informações sobre brasileiros, o novo vazamento também traz riscos importantes para a segurança digital. "No vazamento de janeiro, havia milhões de e-mails. Essas informações podem ser cruzadas com a base de senhas e permitir acesso dos criminosos", diz Felipe Daragon, fundador da Syhunt. No megavazamento de janeiro, o criminoso colocou à venda e-mails de 77,8 milhões de pessoas e de 15,8 milhões de empresas.

Além disso, diversos e-mails tiveram mais de uma senha vazada, o que permite identificar o padrão de

criação de senhas.

Mais ainda: com esse padrão em mãos, é possível até mesmo tentar prever futuras novas senhas criadas para os endereços.

No vazamento, muitos endereços tiveram entre três e 30 senhas associadas a eles.

Administração pública. O vazamento afetou milhares de senhas da administração pública.

No total, 68.535 senhas de emails no domínio "gov.br", usado pela administração pública, foram afetadas. Outras 4.589 senhas do domínio "jus.br" foram disponibilizadas, o que inclui senhas do STF. A reportagem encontrou pelo menos um e-mail diretamente ligado ao gabinete do ministro Dias Toffoli. Foram encontradas 98 senhas do domínio "stf.jus.br".

Além disso, 218 senhas do domínio "camara.leg.br" estão listadas. Nessa base é possível encontrar o e-mail que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) usava quando era deputado federal - é uma indicação de que a compilação reúne dados de vários anos diferentes. Além disso, e-mails de mais deputados aparecem na base "camara.

gov.br". Nela, há 985 senhas, incluindo nomes que não estão mais em Brasília, como o do exdeputado Jean Wyllys.

Já o domínio "senado.gov.br" tem 547 senhas vazadas. Endereços ligados à presidência da república também aparecem. O domínio "presidencia.gov.br" teve 28 senhas vazadas.

Entre os duzentos domínios "gov.br" mais afetados aparecem senhas de e-mails da **Receita Federal**, da Advocacia Geral da União, da Anvisa, da Caixa, do Butantan, da Funai, do IBGE, da Infraero, do Inpi, do **INSS** e da Polícia Militar em diversos Estados, incluindo São Paulo e Paraná.

A reportagem também encontrou no vazamento 8.863 senhas ligadas à Petrobrás - nenhum endereço, porém, está ligado a presidentes que passaram pelo comando da empresa.

Foi possível encontrar também um endereço

possivelmente ligado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, da época em que estava na BR Investimentos.

Daragon, porém, faz um alerta: "As senhas "gov.br" não significam que os sistemas da administração pública tenham sido invadidos. Esses endereços e senhas parecem ter sido utilizados em serviços na internet que foram comprometidos".

I Segurança digital

2,18 bilhões de endereços de e-mail foram atingidos em todo o mundo; alguns têm entre três e 30 senhas únicas associadas a eles

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Texto abre brecha para carimbar verba para militares

FERNANDA TRISOTTO

Aprovada ontem pelo Senado, a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial abre uma brecha para que receitas sejam vinculadas a despesas voltadas à defesa nacional, o que representa uma exceção. Na prática, a regra permite que esses gastos sejam carimbados, o que vai em direção contrária à defesa da equipe econômica de reduzir amarras no Orçamento.

O dispositivo foi incluído pelo relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC), na última versão do seu relatório, apresentada na quarta-feira. O parlamentar também abriu espaço para que uma série de fundos federais fiquem de fora da proibição constitucional de vincular receitas a órgãos, fundos ou despesas.

Segundo o parlamentar, foram recebidos diversos pedidos para ampliação da relação das exceções à desvinculação. "Consideramos a maior parte não merecedora dessa salvaguarda, mas acolhemos os pleitos relacionados à defesa nacional e à segurança, áreas fundamentais de atuação do Estado e que devem poder contar com um fluxo estável de recursos", escreveu Bittar em seu relatório.

REGULAMENTAÇÃO

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, explicou que essa ressalva foi incluída no texto da complementação devoto e alerta que a regra ainda precisa ser regulamentada. - A meu ver é uma forma

de dizer que esses recursos poderão ser vinculados. Deixa uma porta aberta também para blindagem desse tipo de despesa com Forças Armadas e defesa nacional. Precisa ver como isso seria regulamentado para saber melhor as consequências - disse Salto ao GLOBO.

A PEC também inclui nas ressalvas à vedação de vinculação seis fundos que poderão

manter as receitas orçamentárias já reservadas. São eles: Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), Fundo Nacional Antidrogas (Funad), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT),

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal.

O texto mantém a proibição da vinculação de receitas para serviços da administração tributária. Essa mudança pode gerar impactos sobre a autonomia da **Receita Federal**.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

STF repassará diálogos da Lava-Jato ao STJ

JOÃO PAULO SACONI

joaopaulo.saconi@infoglobo.com.br

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que os diálogos entre procuradores da operação Lava-Jato de Curitiba, roubados por um hacker e apreendidos na Operação Spoofing, sejam compartilhados com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que abriu uma investigação para apurar a conduta dos membros da força-tarefa. O inquérito foi aberto e é conduzido pelo presidente do STJ, Humberto Martins, com o objetivo de apurar se procuradores do MPF tentaram investigar ilegalmente membros da Corte.

Num dos diálogos, os procuradores Deltan Dallagnol e Diogo Castor conversam sobre a possibilidade de descobrir informações junto à **Receita Federal** sobre a declaração patrimonial de ministros do STJ. Os procuradores da Lava-Jato afirmam não reconhecer a autenticidade das mensagens.

Lewandowski estendeu a Martins uma autorização já concedida anteriormente, em fevereiro, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A defesa dele conquistou no STF o direito de acessar os diálogos, que também tratavam da condução de processos envolvendo o político no âmbito da Lava-Jato.

CRÍTICAS

O inquérito instaurado pelo STJ tem sofrido críticas desde a instauração, assim como aconteceu com dois procedimentos abertos no ano passado pelo STF para apurar o financiamento de atos antidemocráticos e a disseminação de notícias falsas e ataques contra a Corte.

Há semelhanças entre esses dois inquéritos e o que corre no STJ, que também foi aberto de ofício, sem que houvesse pedido do Ministério Público. Além disso, assim como ocorre com o ministro Alexandre de Moraes no Supremo, o caso no STJ é conduzido por Martins, o mesmo ministro que determinou sua abertura, sem que tenha havido sorteio automático para a causa.

Na semana passada, o procurador-geral da República Augusto Aras afirmou que a iniciativa do STJ é "extremamente grave e preocupante" e anunciou que pretende tomar medidas judiciais para impedir o prosseguimento dos trabalhos.

Para Aras, o regimento do STF, que permitiu a instauração dos dois inquéritos em questão, não pode ser utilizado por analogia em outros tribunais. O chefe da PGR também defendeu que, de acordo com a legislação brasileira, somente um membro do MP pode investigar outro membro da instituição.

-Não se trata somente de investigar membros do MPF no que toca à chamada força-tarefa da Lava-Jato. Se trata de um expediente que pode atingir todos os tribunais brasileiros no que toca a todos os membros do Ministério Público brasileiro -declarou Aras.

Sem ter especificado quais ações judiciais pretende tomar, Aras disse ainda, na mesma reunião, que pode recorrer à Corte Interamericana de Direitos Humanos para barrar o procedimento no STJ.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desemprego e pandemia elevam risco de perda de benefícios



» VERA BATISTA

Especialistas alertam que períodos longos sem contribuir à **Previdência Social** provocam a perda do direito aos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Isso porque as pessoas que não fazem de forma contínua os recolhimentos mensais podem perder a qualidade de segurados e, também, o tempo de carência para dar entrada em alguns benefícios, como, por exemplo os auxílios por incapacidade e a pensão por morte

O desemprego leva muitos segurados do **INSS** a interromper as contribuições mensais à **Previdência Social**. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação bateu recorde no Brasil, em 2020, ao alcançar 13,4 milhões de pessoas -- a taxa média anual de desemprego foi 13,5%, a maior já registrada desde o início da série histórica, em 2012.

"Para manter a qualidade de segurado, é necessário efetuar recolhimentos mensais para a Previdência. Mas ainda que você não esteja fazendo esses recolhimentos, é possível manter a qualidade de segurado durante o chamado período de graça", salientou Ruslan Stuchi, advogado especialista em Direito Previdenciário.

Pela regra, as pessoas podem ficar sem contribuir com a **Previdência Social** por até 12 meses sem perder a qualidade de segurado. Entretanto, o prazo é de apenas seis meses para trabalhadores que contribuem na categoria "facultativo", opção comum entre aqueles que não tem carteira assinada. Já no caso do licenciamento por causa de incorporado às Forças

Armadas, para prestar serviço militar, o limite é de três meses.

O direito aos benefícios ainda é prorrogado por mais 12 meses, no caso de já terem sido feitas mais de 120 contribuições mensais sem a perda da qualidade de segurado. Também é possível mais uma prorrogação de 12 meses no caso de o segurado estar desempregado.

Carência

Decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o recebimento do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez entra na contagem do chamado "tempo de carência", período mínimo de contribuições necessário para ter direito aos benefícios. Até então, quem recebia o auxílio ou a aposentadoria tinha a contagem suspensa por estar afastado do trabalho, o que motivava ações na Justiça para requerer a manutenção da contagem. O novo entendimento deve facilitar com que trabalhadores continuem com o direito à proteção social do **INSS**.

A decisão do Supremo, entretanto, tem validade apenas para períodos intercalados. "É necessário ter tempos de contribuição antes e depois do período em que o segurado recebe o benefício por incapacidade. É o caso de um segurado que tinha 12 anos de contribuição e ficou outros três afastado recebendo aposentadoria por invalidez", explicou João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário.

Já o advogado previdenciário Erick Magalhães lembrou que, neste período da pandemia da covid-19, a tendência é o aumento de pedidos de auxílio-doença por pessoas infectadas pelo novo coronavírus. "Com a decisão do STF, se o afastamento for intercalado com períodos de atividade laboral, será considerado como tempo de serviço, podendo ser usado na contagem não só para aposentadoria, mas para todos os demais benefícios que exigem carência e tempo de contribuição mínimos. Portanto, este tempo de doença não é mais tempo perdido", disse.

Na regra geral da Previdência, o tempo de carência varia conforme o benefício. São necessários 10 meses de contribuição para ter acesso ao salário-maternidade, 12 meses para o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez, 24 meses para o auxílio-

reclusão e 180 meses para a aposentadoria por idade. No caso de o segurado perder o direito aos benefícios, é necessário retomar as contribuições e cumprir metade do tempo de carência exigido para contar novamente com a qualidade de segurado.

Os especialistas entendem que o período pandêmico desestimula os trabalhadores a contribuírem para o **INSS** e coloca em risco o acesso aos benefícios previdenciários. "Com a dificuldade de renda, profissionais autônomos e microempreendedores optam por cortar as contribuições como uma forma de reduzir gastos. Muitos desconhecem o problema de ficar sem recolher, que não é só ter uma aposentadoria tardia. É não ter direito aos benefícios por incapacidade ou gerar pensão por morte", pontuou Thiago Luchin, advogado especialista em Direito Previdenciário.

Crise leva trabalhador a parar de contribuir com o INSS; veja os efeitos e o que fazer

Por Marta Cavallini, G1

O desemprego recorde e a crise econômica têm levado muitos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a interromperem as contribuições mensais à **Previdência Social**.

Especialistas alertam que períodos longos sem contribuir à **Previdência Social** fazem com que os trabalhadores percam o direito aos benefícios do **INSS**.

Isso porque os segurados que não efetuam de forma contínua os recolhimentos mensais podem perder a qualidade de segurado - que é o que garante o direito aos benefícios - e também o tempo de carência para dar entrada em alguns benefícios previdenciários, como auxílios por incapacidade e a pensão por morte.

"Para manter a qualidade de segurado, é necessário efetuar recolhimentos mensais para a Previdência. Mas ainda que você não esteja fazendo esses recolhimentos, é possível manter a qualidade de segurado durante o chamado período de graça", explica Ruslan Stuchi, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Stuchi Advogados.

Em regra geral, os segurados podem ficar sem contribuir com a **Previdência Social** por até 12 meses sem perder a qualidade de segurado. Mas o prazo é de apenas seis meses para trabalhadores que efetuam a contribuição na categoria "facultativo", opção comum entre segurados sem carteira assinada.

Já no caso do licenciamento de cidadão incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, o limite é de três meses.

O direito aos benefícios ainda é prorrogado por mais 12 meses no caso de já terem sido efetuadas mais de 120 contribuições mensais sem a perda da qualidade de segurado.

Também é possível mais uma prorrogação de 12 meses no caso de o segurado estar desempregado.

Veja quanto os autônomos e MEIs vão pagar de contribuição ao **INSS** em 2021 Contribuição ao **INSS** muda em fevereiro: saiba quanto você vai pagar

Tempo de carência dos benefícios

Na regra geral, o tempo de carência varia conforme o benefício. São necessários 10 meses de contribuição para ter acesso ao salário-maternidade, 12 meses para o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez, 24 meses para o auxílio-reclusão e 180 meses para a aposentadoria por idade.

No caso de o segurado perder o direito aos benefícios, é necessário retomar as contribuições e cumprir metade do tempo de carência exigido para contar novamente com a qualidade de segurado.

Os especialistas afirmam que o período pandêmico desestimula os trabalhadores a contribuírem para o **INSS** e colocam em risco o acesso aos benefícios previdenciários.

"Com a dificuldade de gerar renda, principalmente os profissionais autônomos e microempreendedores optam por cortar as contribuições como uma forma de reduzir gastos. Muitos desconhecem a problemática de ficar sem recolher, que não é só ter uma aposentadoria tardia. É não ter direito aos benefícios por incapacidade ou gerar pensão por morte", pontua Thiago Luchin, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

Ruslan Stuchi alerta que os segurados não devem confundir o tempo de carência com o chamado tempo de contribuição, um dos critérios utilizados para alcançar o direito à aposentadoria.

"O tempo de contribuição é contado desde o início da contribuição até a data do requerimento ou desligamento de atividade abrangida pela **Previdência Social**, descontados os períodos em que houve suspensão do contrato de trabalho, interrupção de exercício e desligamento da atividade. Já o período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício", explica.

STF: recebimento de benefícios entra na contagem

Uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o recebimento do auxílio-

doença ou da aposentadoria por invalidez entra na contagem do chamado "tempo de carência", período mínimo de contribuições necessário para ter direito aos benefícios.

O cenário até então era de que beneficiários do auxílio ou da aposentadoria tinham a contagem suspensa por estarem afastados do trabalho, o que motivava ações na Justiça para requerer a manutenção da contagem. O novo entendimento deve facilitar com que trabalhadores continuem com o direito à proteção social do **INSS**.

A decisão do Supremo, entretanto, tem validade apenas para períodos intercalados.

"É necessário ter tempos de contribuição antes e depois do período em que o segurado recebe o benefício por incapacidade. É o caso de um segurado que tinha 12 anos de contribuição e ficou outros três afastados recebendo aposentadoria por invalidez", explica João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

Já o advogado previdenciário Erick Magalhães, sócio do escritório Magalhães & Moreno Advogados, lembra que a decisão é positiva por conta do período da pandemia da Covid-19, no qual a tendência é o aumento de pedidos de auxílio-doença por parte das pessoas infectadas pelo vírus.

"Com a decisão do STF, se este período de afastamento for intercalado com períodos de atividade laboral, será considerado como tempo de serviço, podendo ser usado na contagem não só para aposentadoria, mas para todos os demais benefícios que exigem carência e tempo de contribuição mínimos. Portanto, este período de doença não é mais tempo perdido", diz.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/05/crise-leva-trabalhador-a-parar-de-contribuir-com-o-inss-veja-os-efeitos-e-o-que-fazer.ghtml>

PEC emergencial: para cumprir, governo pode ter que acabar com deduções do IR e incentivo ao MEI

Geralda Doca, Paulo Cappelli e Manoel Ventura

BRASÍLIA - A proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pelo Senado para liberar os gastos com o auxílio emergencial prevê uma medida que, se for levada à frente, pode reduzir ou até acabar com incentivos tributários, como as deduções com despesas de saúde e educação no Imposto de Renda (IR) e o regime especial para microempreendedores individuais (MEI).

De acordo com o texto, que ainda precisa ser analisado pela Câmara dos Deputados, o presidente Jair Bolsonaro precisará propor ao Congresso um plano para reduzir as renúncias fiscais, mas benefícios como o da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional não podem ser alvo dos cortes - medida adotada para reduzir a resistência política ao projeto.

Os incentivos blindados representam mais da metade do total, o que vai obrigar o Executivo a avançar sobre outros programas também sensíveis.

O texto estabelece que Bolsonaro tem que enviar em até seis meses um projeto de lei que indique uma redução gradual de benefícios tributários para que o peso desses incentivos sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**) diminua para 2% em até oito anos.

Hoje, esse percentual é de cerca de 4%. Segundo técnicos, não há na PEC nenhuma sanção caso o presidente não siga a determinação, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) pode ser provocado a agir se a Constituição não for cumprida.

Ao todo, seis incentivos foram blindados. Só em 2021, esses programas custarão aos cofres públicos R\$ 158,3 bilhões, o que equivale a 51,4% do total. Com isso, o projeto para reduzir as renúncias terá que se concentrar na outra metade da lista.

Só as deduções de gastos com saúde e educação no IR custarão neste ano R\$ 22 bilhões. Também sem proteção, os benefícios do MEI - que se tornou uma porta de saída para desempregados na crise - têm custo estimado de R\$ 3,1 bilhões.

A proposta também esbarraria em uma promessa de campanha de Bolsonaro. O presidente disse que corrigiria a tabela do IR, isentando todos os brasileiros que ganhassem até R\$ 5 mil. Até o momento, não houve revisão.

Politicamente inviável

Para o diretor da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco, o plano de redução previsto na PEC é praticamente impossível. Para fazer valer a norma, o Executivo teria que fazer um corte drástico ou acabar totalmente com os incentivos que sobraram, o que seria politicamente inviável:

- O papel aceita tudo. Só não está havendo gritaria porque o governo não disse onde vai cortar. Quando isso acontecer, a pressão dos setores beneficiados será enorme.

O pesquisador associado do Insper Marcos Mendes alerta que a discussão deveria ocorrer em uma reforma do sistema de **impostos**, já que programas como o Simples e a Zona Franca de Manaus representam renúncias entranhadas no sistema tributário nacional e que, por mais distorções que apresentem, não podem ser apenas extintos:

- Esse conjunto, que é a maior parte dos benefícios tributários, não tem como resolver isoladamente.

Já Cristiano Noronha, cientista político da Arko Advice, afirma que o Senado passou um recado de que está disposto a debater o restante dos benefícios, ao blindar alguns programas e outros não:

- Pelo menos 62 senadores estão dispostos a discutir todas as outras isenções. Se não, eles teriam colocado essas outras isenções na PEC. O Congresso está delimitando o espaço do "aqui não vamos mexer, mas o resto estamos dispostos" e isso passa a ser uma discussão em paralelo, no âmbito da **reforma tributária**, que nós vamos ter que enfrentar.

A votação da chamada PEC Emergencial no Senado foi concluída na quinta-feira. A proposta foi aprovada em segundo turno por 62 votos a 14. O presidente da

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou que pretende concluir a análise do texto ainda semana que vem.

A aprovação nesse prazo é importante para garantir o cronograma estabelecido pelo governo de começar a pagar o auxílio emergencial a beneficiários do Bolsa Família no dia 18 de março.

Ao lado do relator da proposta, Márcio Bittar (MDB-AC), o ministro da Economia, Paulo Guedes, agradeceu a aprovação da proposta:

- O Congresso votou massivamente a nosso favor. Eu quero agradecer muito ao Congresso por esses 62 votos. Quero agradecer a condução do presidente Pacheco e, por antecipação, ao presidente da Câmara, Arthur Lira, que, num determinado momento, com muita serenidade e lucidez disse "vamos manter o teto". Nós precisamos de saúde, emprego e renda.

A PEC permite que as despesas com o auxílio não fiquem sujeitas a regras fiscais, desde que o valor total gasto com o programa não ultrapasse R\$ 44 bilhões. Ao mesmo tempo, cria regras para controle de contas públicas.

Permaneceram no texto gatilhos que impedem elevação de gastos, como aumentos de salários e concursos públicos, quando as despesas de estados e municípios ultrapassarem 95% das receitas. No caso da União, o acionamento das medidas ocorre quando os gastos obrigatórios superarem 95% do total das despesas.

O que está em jogo

A PEC prevê que o governo envie ao Congresso um plano para reduzir incentivos fiscais, mas blinda seis programas: Simples Nacional, desoneração da cesta básica, isenções a entidades sem fins lucrativos, fundos de desenvolvimento regional e Proni.

Juntos, esses benefícios custarão aos cofres públicos R\$ 158,3 bilhões, ou 51,4% do total de renúncias fiscais. Os programas foram escolhidos durante a negociação da proposta no Senado para evitar resistências políticas à medida.

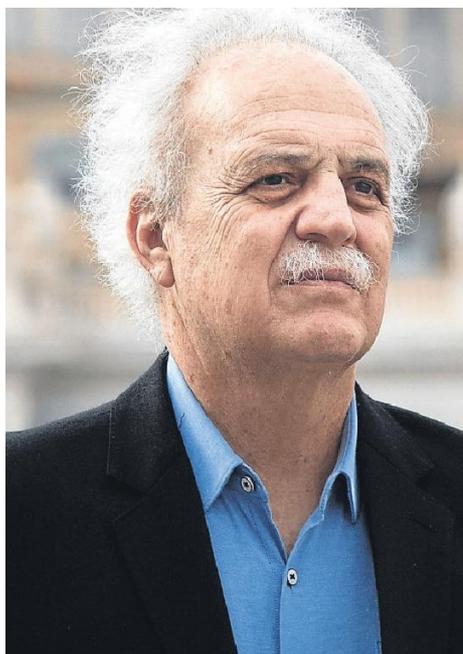
Com as blindagens na PEC, o plano deverá se limitar a programas que representam 48,3% das renúncias fiscais, considerando dados da proposta orçamentária de 2021. Entre os principais, estão os rendimentos isentos do Imposto de Renda, que custarão R\$ 33,5 bilhões neste ano, e as deduções de despesas com saúde e educação, que têm impacto de R\$ 22,1 bilhões.

O regime especial para microempreendedores

individuais (MEI) também fica livre para alterações e cortes. O programa custa R\$ 3,1 bilhões.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/pec-emergencial-para-cumprir-governo-pode-ter-que-acabar-com-deduccoes-do-ir-incentivo-ao-mei-24910712>

Mulheres ganham (muito) menos do que homens - MERCADO S/A



Gerard Julien/AFP - 13/10/97

AMAURI SEGALLA



A inclusão feminina no mercado de trabalho, um fenômeno que se intensificou nos últimos anos, não tem sido suficiente para equiparar a renda entre mulheres e homens no Brasil. De acordo com dados do IBGE, as profissionais recebem o equivalente a 77,7% do salário dos homens. Nos cargos de liderança, a defasagem é ainda maior (61,9%). O curioso é que as empresas -- pelo menos aquelas comprometidas com a questão -- vêm promovendo uma série de iniciativas para eliminar as discrepâncias salariais associadas ao gênero. Ao que parece, porém, as ações não têm sido suficientes. De todo modo, há avanços inquestionáveis. Uma pesquisa feita pela consultoria PageGroup constatou que a contratação de mulheres em cargos de liderança cresceu 20% no mercado brasileiro em 2020. O mesmo estudo indicou as áreas que mais resistem à presença feminina: agronegócio, indústrias de base e de bens de capital. Está mais do que na hora de companhias desses ramos de atividade começarem a mudar a realidade.

Os bons exemplos na bioeconomia

Um dos maiores especialistas brasileiros em mudanças climáticas, o cientista Carlos Nobre elogiou iniciativas do setor privado para desenvolver o que chama de Amazônia 4.0, a inovação alicerçada na bioeconomia. "Temos visto boas notícias do setor

privado", disse o pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, durante painel na XP Expert ESG 2021. Nobre mencionou como exemplos o Conselho da Amazônia, criado pelos bancos Itaú, Bradesco e Santander, além do Fundo JBS pela Amazônia.

Crimes digitais disparam na pandemia

O novo relatório da Check Point Research, o mais completo sobre cibersegurança no mundo, mostrou que os crimes digitais cresceram de forma explosiva durante a pandemia. As redes domésticas ficaram expostas durante o home office, e os criminosos entraram em ação. Segundo o estudo, 87% das empresas sofreram ao menos uma tentativa de invasão de seus sistemas em 2020 -- jamais houve um volume de ataques tão expressivo. O problema é tão sério que pode provocar estragos no **PIB** mundial.

Indústria supera níveis pré-pandemia

Em meio ao caos provocado pela crise política e o avanço da pandemia, enfim uma boa notícia: o faturamento da indústria aumentou 8,7% em janeiro de 2021 na comparação com o mesmo mês do ano passado. Além disso, todos os índices (massa salarial, horas trabalhadas, entre outros) avançaram em relação a janeiro de 2020. O interessante é que o desempenho supera os níveis pré-covid. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor cresce de maneira ininterrupta desde maio de 2020.

R\$ 24 bilhões

foi o resgate líquido (a diferença em retiradas e depósitos) da caderneta de poupança nos dois primeiros meses do ano, segundo o Banco Central. Trata-se do pior desempenho desde 1995, no início da série histórica

"A única saída é vacina, vacina e vacina" Marcelo Silva, presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), em entrevista para o site NeoFeed

Rapidinhas

» Uma manobra que garantia a suspensão do recolhimento de **tributos** no mercado de combustíveis foi por água abaixo nesta semana. A **Receita Federal** conseguiu importante vitória no Tribunal Federal da 1ª Região após recorrer de decisão que isentava a distribuidora Petrozil de recolher PIS/Cofins na importação de diesel e gasolina.

» A Petrozil, que opera em Goiás, estava livre da obrigatoriedade do recolhimento de **tributos** graças a uma liminar concedida em setembro do ano passado -- a companhia alegava dificuldades em virtude da

pandemia de covid-19. Só no primeiro mês, deixou de recolher R\$ 40 milhões. Até agora, o passivo chegou a R\$ 321 milhões.

» A decisão do TFR-1 abre precedente para que situações semelhantes ganhem a devida atenção. A mais longeva delas envolve a Atem, distribuidora com forte atuação no Norte do país. Nos últimos quatro anos, também via liminar, ela deixou de recolher cerca de R\$ 1 bilhão em PIS/Cofins na importação de diesel e gasolina para a Zona Franca de Manaus.

» A italiana Generali, uma das maiores companhias de seguro da Europa, lançou um plano de 3,5 bilhões de euros para apoiar a recuperação do velho continente. A ideia é destinar os investimentos para pequenas e médias empresas que tenham bons projetos nas áreas de infraestrutura, educação e saúde.

Diesel sobe na bomba após isenção de tributo



PETROLEIROS SUBSIDIAM VENDA DE COMBUSTÍVEL EM PROTESTO CONTRA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS E VENDA DE REFINARIAS
Motoristas enchem o tanque por R\$ 3,50 o litro em posto em SP; sindicato diz que valor leva em conta custos internos de produção da estatal e lucro para toda a cadeia. *Marcos Bezerra/Folha*

Nicola Pamplona, Mauro Zafalon

O preço médio do óleo diesel subiu nas bombas nos primeiros dias depois que o governo zerou os **impostos** federais sobre o combustível em um esforço para agradar aos caminhoneiros. Para o setor, a tendência é que a isenção seja consumida por reajustes nos preços de refinarias.

Segundo levantamento feito para a Folha pela Ticket Log, o preço médio do diesel nos postos oscilou em torno dos R\$ 4,45 nos dias 1 e 3 de março, quase R\$ 0,10 a mais do que no último dia de fevereiro.

A isenção da alíquota passou a valer em 1º de março, retirando R\$ 0,30 por litro do preço do combustível. Caso o repasse tivesse sido imediato, o litro do diesel passaria a valer cerca de R\$ 4 depois que os **impostos** foram zerados.

"Nesses primeiros dias de março, o preço registrado a cada dia foi superior à média de fevereiro. Na quarta-feira (3), o valor era de R\$4,456,8,63% acima da média de fevereiro, e 2,22% acima do preço registrado no último dia do mês, antes da isenção de PIS e Cofins", diz Douglas Pina, chefe da área de Mercado Urbano da Edenred Brasil, proprietária da marca Ticket Log.

Os postos argumentam que as distribuidoras só começaram a emitir notas fiscais sem os **impostos** federais na quarta e que os repasses serão sentidos nos próximos dias. Segundo a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes), o desconto, em média, é de R\$ 0,18.

As distribuidoras dizem que começaram os repasses

no primeiro dia, mas alegam que parte da isenção já foi consumida por aumentos em outros componentes do custo final. Logo na terça (2), passou a vigorar um reajuste de 5% no preço de refinaria do diesel.

Além disso, a mistura obrigatória de biodiesel, mais caro do que o diesel de petróleo, passou de 12% para 13% na segunda. E o preço de referência para cobrança do ICMS também subiu, refletindo a alta no preço de bomba da quinzena anterior.

A expectativa do setor é que, considerando todos os efeitos altistas, a queda provocada pela isenção de PIS/Cofins fique entre R\$ 0,12 e R\$ 0,23 por litro, dependendo do estado, chegando com mais força às bombas na próxima semana.

Ainda assim, a alta do petróleo e a desvalorização cambial devem levar a novos reajustes nas refinarias em breve, eliminando parcela ainda maior da isenção dada pelo governo federal.

Segundo cálculos da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), a defasagem no preço do diesel chegou a 8%, ou R\$ 0,22 por litro, nesta quinta (4).

O cálculo considera a cotação do produto nos EUA mais os custos de transporte para o Brasil, convertidos de dólar para reais, seguindo o conceito de paridade de importação usado pela Petrobras em sua política comercial.

A estratégia da estatal ante a escalada de preços foi usada por Bolsonaro para justificar a demissão do presidente da companhia, Roberto Castello Branco. A decisão criticada pelo mercado que gerou debandada inédita no conselho de administração da companhia.

Desde o início do ano, foram quatro reajustes no preço do diesel e cinco na gasolina, com altas acumuladas de 33% e 41%, respectivamente. Os últimos reajustes já ocorreram após o anúncio da substituição de Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna.

O governo promete fiscalizar o repasse da isenção tributária ao preço final do diesel e já determinou que os postos divulguem em cartazes a composição de seus preços de venda. Mas desde 2002 os preços no Brasil são livres e não há como obrigar um

estabelecimento a cobrar determinado valor.

A isenção vai durar dois meses, e, para executivos do setor, o governo deve ter problemas ao fim do prazo, já que os preços não devem retrair nesse período. Para compensar as perdas, Bolsonaro elevou **impostos** sobre o lucro dos bancos e encerrou o regime tributário especial para o setor químico.

Nos dois casos, houve críticas de empresas e entidades ligadas aos setores atingidos. Nesta quinta, o Conselho Federal de Química e 21 conselhos regionais de química divulgaram carta questionando a medida e alertando para o risco de demissões.

"Do dia para a noite a química nacional será sobretaxada em 3,65 pontos percentuais. Aumento de carga tributária em um cenário de crise econômica não é nem de longe a política mais recomendada", diz o texto.

Segundo estimativas da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), a medida põe em risco cerca de 80 mil empregos e em uma produção que vale R\$ 7,5 bilhões.

Álcool avança 36% na usina com atraso na safra e alta da gasolina

O etanol hidratado teve evolução de 36% nos últimos 30 dias nas a sinas do centro-sul. O litro do combustível subiu para R\$ 2,989 em Paulínia (SP), base de armazenamento e de distribuição.

Os dados são do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), que servem de base para o Indicador Diário da BM FBovespa.

Um conjunto de fatores dá sustentação aos preços do álcool nas últimas semanas.

Um deles são os recentes reajustes de preços da gasolina, que tomam o etanol mais atraente para o consumidor.

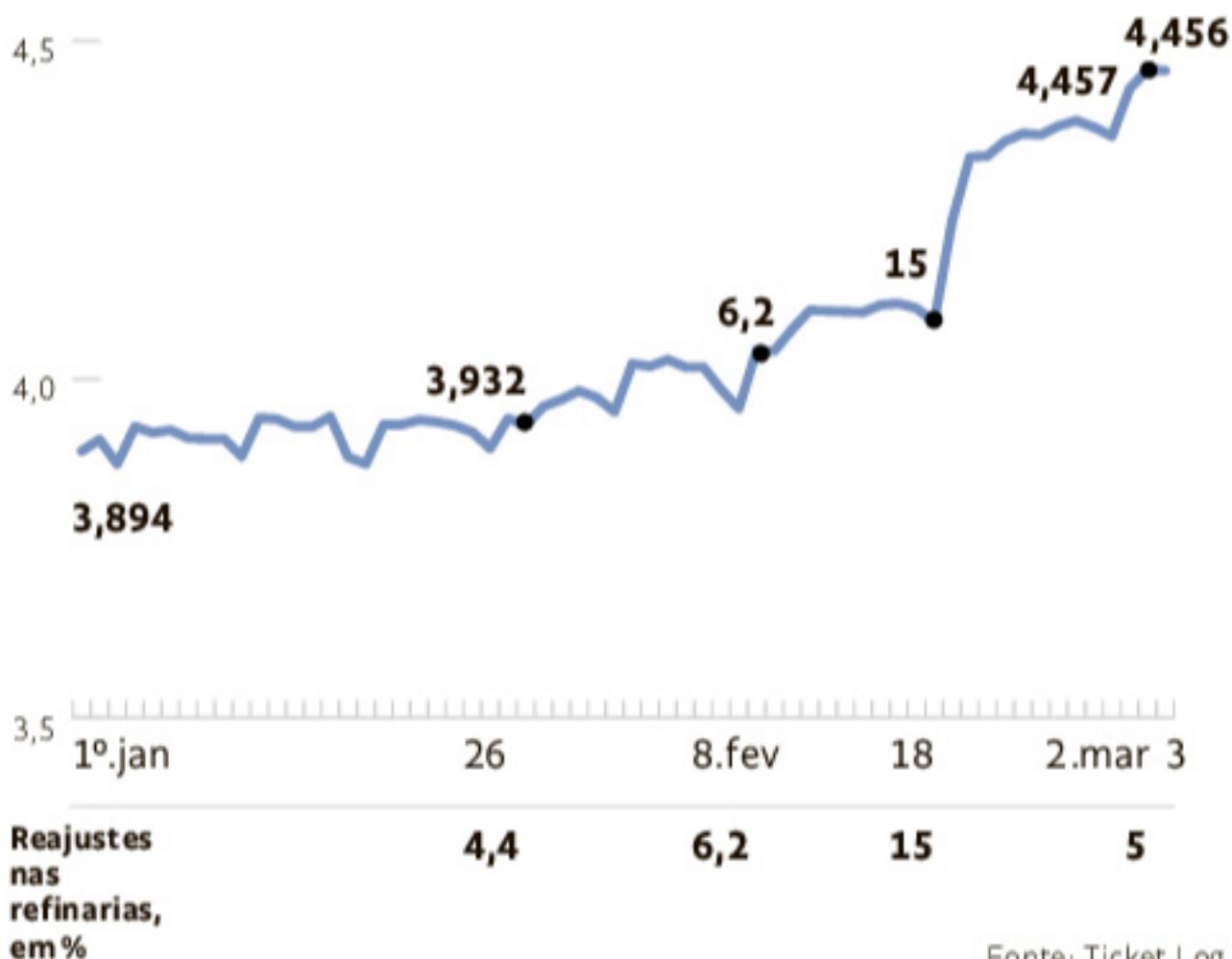
Além disso, este é um período de entressafra e de menor oferta do combustível. Tradicionalmente, os preços sobem. Neste ano, contudo, há novos ingredientes, e as perspectivas para as próximas semanas não são boas.

O veranico do semestre passado prejudicou o desenvolvimento da cana, e parte das indústrias deve retardar a colheita, que deveria começar oficialmente no início de abril.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Evolução do preço do diesel em 2021

Preço do diesel, em R\$ por litro



Fonte: Ticket Log

Com estagnação e inflação, Bolsonaro segue rota de Dilma pré-impeachment

Fernando Canzian

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) está fazendo o Brasil reviver o insólito cenário de forte aceleração da **inflação** com queda da atividade econômica.

A combinação, conhecida como "estagnação" -quando estagnação econômica, ou recessão, convive com preços em alta-, foi a principal marca dos meses que precederam o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a partir de maio de -2016.

Sob Bolsonaro, apesar de a economia ter encolhido 4,1% no ano passado e caminhar para uma possível estagnação neste primeiro semestre, a **inflação** deve atingir 7% em meados do ano.

Raramente isso acontece, pois atividade deprimida tende a segurar os preços -a não ser que outros motivos, estruturais ou políticos, detonem o fenômeno.

O principal fator para o cenário de economia fraca hoje é a pandemia da Covid-19, que impede uma retomada mais livre e que tem causado distorções no mercado.

Mas, segundo especialistas, a postura errática do presidente em relação ao equilíbrio das contas públicas, além de suas intervenções, como no episódio Petrobras, tem pressionado o valor do dólar para além do que os fundamentos econômicos justificariam, alimentando exageradamente a **inflação**.

Nos últimos 12 meses, o dólar subiu quase 30% ante o real, uma das moedas que mais se desvalorizaram no mundo, tornando mais caros os produtos importados ou denominados na moeda americana.

Neste início de 2021, os valores em reais (impactados pelo dólar) de commodities internacionais agrícolas, metálicas e dos combustíveis tiveram alta conjunta inédita -pressionando preços em várias cadeias produtivas, como de alimentos, bens duráveis e construção civil.

O aumento de preços de alguns desses itens, que compõem a taxa oficial de **inflação** (o IPCA), já é superior ao verificado nos últimos meses do governo Dilma. Enraois, último ano completo sob o comando da petista, a economia encolheu 3,5%; e os preços

subiram 10,6%.

Hoje, um dos poucos setores em que a aceleração da **inflação** ainda está abaixo do período pré-impeachment é o de serviços, impactado pelo distanciamento social. Mesmo assim, há pressões consideráveis nesse item.

Outros preços, como de passagens de ônibus, não reajustados no ano eleitoral de 2020, e dos planos de saúde, congelados no ano passado (mas que devem subir duas vezes neste ano), devem jogar mais lenha na **inflação**.

Para André Braz, analista do índice de Preços ao Consumidor da FGV/Ibre, há neste momento uma tendência de maior "espalhamento" da **inflação**, com os preços no atacado (por conta das commodities) contaminando a economia.

Segundo ele, enquanto a **inflação** em 2020 ficou muito concentrada nos alimentos, à medida que a atividade ganhar mais tração, apesar da Covid, a tendência é que as empresas repassem outros custos a seus preços, sobretudo pela alta do dólar.

"Embalagens que usam alumínio, construções que empregam fios de cobre e geladeiras que consomem aço, tudo isso pode sofrer repasses", exemplifica.

Nesse cenário, e sem investimentos, Braz considera muito difícil o Brasil voltar a crescer, criando um quadro de estagnação com **inflação** (estagflação) que "pode piorar", na sua opinião.

Se a economia continuar crescendo pouco -tendência que persiste desde 2014, inclusive com PIBs negativos e m 2015,2016 e 2020 -, as em -presas que não puderem repassar custos também tenderão a cortar a produção e a demitir, deprimindo mais a atividade.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, apesar de a **inflação** no setor de serviços ainda estar sob controle, ela está acelerando.

Segundo ele, com a vacinação ganhando força em todo o mundo e a economia global em recuperação, é possível que haja um ciclo duradouro de preços em alta das commodities, cotadas em dólar.

Com a moeda americana cara no Brasil, esses produtos -essenciais para a cadeia produtiva- continuariam pressionando a **inflação**.

É nesse contexto que a postura do presidente seria prejudicial. "Bolsonaro parece estar cada vez mais copiando a ex-presidente Dilma na economia, o que é muito ruim para as expectativas", diz Vale, destacando a intervenção na Petrobras e os sinais trocados a respeito das contas públicas.

Para Livio Ribeiro, pesquisador da FGV/Ibre, a pandemia causou uma espécie de "torção" na **inflação**, deprimindo os preços dos serviços, com as pessoas mais em casa, e aumentando os de alimentos e produtos domésticos, como de eletroeletrônicos.

"Conforme houver uma normalização, ocorrerá também uma "destruição", com os preços dos serviços acelerando", afirma. "A pergunta de 1 milhão é o quanto do aumento dos outros itens é temporário ou se tornará permanente."

O principal problema, a excessiva valorização do dólar, no entanto, pode persistir, pressionando a **inflação** pela via do aumento dos preços em reais das commodities -sobretudo se elas continuarem se valorizando na esteira de uma recuperação mais firme no exterior.

Pelos cálculos de Ribeiro, "o fogo amigo" provocado por uma espécie de "pântano institucional" no governo Bolsonaro é hoje a principal causa da disparidade do dólar -e explicaria a maior parte da desvalorização do real nas últimas semanas.

Nessa linha, outros dados mostram que o "custo Bolsonaro" levou o chamado "risco Brasil" a deslocar-se negativamente do conjunto das demais economias emergentes, com o mercado cobrando prêmios de risco crescentes para se proteger de eventuais perdas em investimentos no país.

Para Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, esse quadro pode ganhar dimensões dramáticas caso o Brasil abandone o chamado teto de gastos (que limita o aumento da despesa pública à **inflação** dos 12 meses anteriores) ou insira volumes consideráveis de desembolsos "extrateto" no combate à Covid-19.

Isso não apenas aumentaria o "risco Brasil" como pressionaria ainda mais o dólar, com impactos crescentes na **inflação**.

Exemplo eloquente do tema, na quarta (3), só a declaração do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de compromisso em manter o teto de gastos

inverteu tendência de forte valorização do dólar e estancou queda de mais de 3% que se desenhava no pregão da Bovespa.

Se esse compromisso com o teto for mantido, na avaliação de Honorato, a pressão sobre a **inflação** tenderá a se dissipar no segundo semestre, quando repasses da alta abrupta dos preços das commodities forem absorvidos.

A maioria dos economistas acredita, porém, que o Banco Central pode ver-se obrigado a subir a taxa básica de juros (a Selic, hoje em 2% ao ano) antes e com mais força do que o previsto no final de 2020. Tudo por causa das atuais pressões inflacionárias, do dólar e do "custo Bolsonaro".

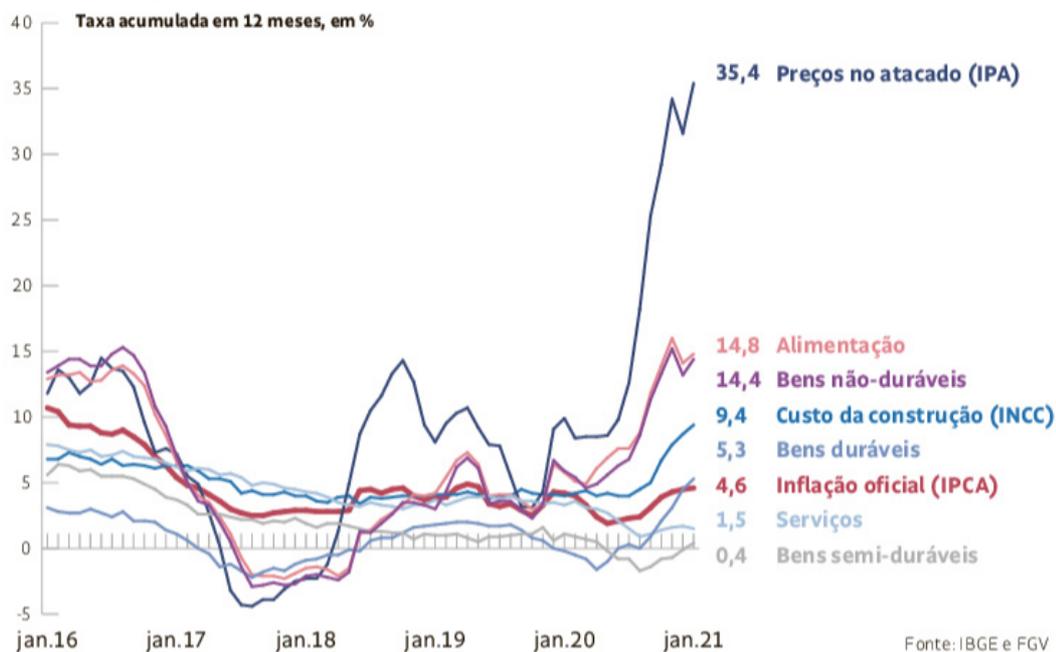
Isso teria impacto negativo não só sobre o crescimento, pois financiamentos ficariam mais caros, mas sobre a correção do valor da dívida pública, hoje a maior em relação ao **PIB** (quase 90%) entre os emergentes -o que traria mais insegurança, menos investimentos e menor crescimento.

"Infelizmente, a **inflação** no Brasil não é questão resolvida. A inação do Banco Central pode levar todas as expectativas para cima de forma muito perigosa", diz Vale, da MB Associados.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

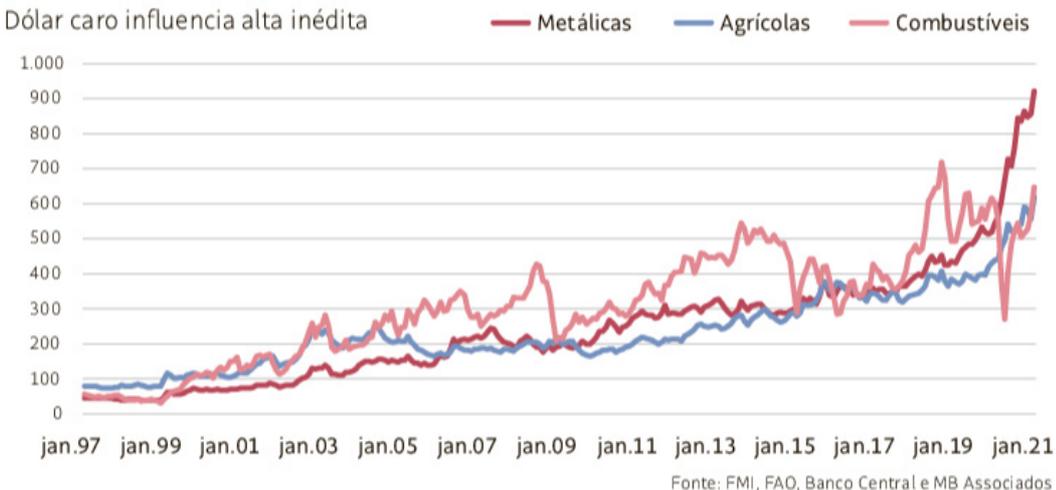
Inflação e "risco Brasil" sob Bolsonaro

Itens da inflação já superam Dilma em 2016



Preços em reais das commodities disparam

Dólar caro influencia alta inédita



"Risco Brasil" dispara acima dos emergentes

Em pontos (mar/20 = 100)



Previsão para PIB variou de +2,5% a -6,6% ao longo do 1º ano da pandemia

Júlia Moura e Eduardo Cucolo

Em 2020, as incertezas econômicas trazidas pela pandemia do novo coronavírus provocaram revisões bruscas nas projeções para o desempenho do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro.

No início do ano passado, os economistas consultados pelo Banco Central na pesquisa Focus projetavam crescimento de 2,5% para 2020. As projeções começaram a ser revistas para menos de 2% em março, logo após a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarar oficialmente que o mundo estava vivendo uma pandemia, no dia 11 daquele mês.

As revisões se acentuaram a partir da decretação de restrições de circulação na segunda quinzena de março e terminaram o mês em queda de 0,9%.

Na época, o ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a dizer que o mundo havia sido atingido por um meteoro, que eliminou qualquer chance de recuperação do crescimento brasileiro. A indústria automotiva brasileira praticamente parou. A produção de veículos voltou aos níveis da década de 1950.

Em maio, os economistas consultados pelo Focus projetavam queda de 4,1%, resultado que acabou sendo confirmado quase um ano depois. As revisões para baixo, no entanto, continuaram.

Naquele mês, o Goldman Sachs projetava contração de 7,4% e a estimativa do BTG era próxima, de 7%, e a do Santander, de 6,4%.

No fim de junho, foi registrada a previsão mais pessimista do Focus (-6,6%). Na época, várias medidas de estímulo já estavam em vigor, mas seus resultados ainda não estavam claros. Além disso, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informou naquele mês que o **PIB** do primeiro trimestre já havia sido negativo.

Instituições estrangeiras esperavam uma queda ainda maior. O Banco Mundial chegou a prever retração de 8%, a maior em 120 anos (na realidade, foi a maior em 30 anos) e apontava, entre os problemas, uma redução nos preços de commodities produzidas pelo país. Elas, porém, subiram, na esteira da recuperação mundial movida a muitos estímulos econômicos.

A OCDE, organização que reúne as economias mais desenvolvidas, chegou a prever queda de 7,4%. O FMI (Fundo Monetário Internacional), de 9,1%.

"Se a atividade econômica ficasse naquele nível de março a abril, a queda do **PIB** teria sido de 10% a 11%", diz Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco.

A virada nas expectativas se daria no começo de julho, quando começaram a ser divulgados dados do mês anterior mostrando os primeiros efeitos da injeção do auxílio emergencial na economia. Além disso, o número de casos da doença diminuía, e algumas atividades começavam a ser retomadas.

Outros programas de estímulo fiscal e de crédito, em todas as esferas de governo, também mostravam resultados.

Naquele período, outros países também já começavam a retomar suas atividades e a adotar estímulos mais agressivos, com destaque para a China, maior parceiro comercial do Brasil, que já se encontrava em plena recuperação após o tombo do início de ano.

Nos dois meses seguintes, as projeções já se aproximavam de queda de 5%. No último trimestre do ano, já estavam abaixo desse patamar. Após a divulgação de que o **PIB** voltou a crescer no terceiro trimestre, realizada em dezembro, voltaram a melhorar e se aproximaram do resultado divulgado nesta quarta-feira (3).

Na última pesquisa de 2020, os economistas previam retração de 4,4%. Na véspera da divulgação do **PIB**, em março deste ano, estavam em 4,2%, praticamente o mesmo resultado anunciado.

Dentre os grandes bancos, o Itaú Unibanco foi o único a acertar em cheio a retração que houve no ano passado: 4,1%.

O segredo para o acerto do Itaú está no Idat (Itaú Daily Activity Tracker), ferramenta que a instituição desenvolveu para acompanhar a atividade econômica diariamente.

"Tínhamos uma intuição de que a economia iria sofrer

muito durante dois meses, que foi o que aconteceu em março e abril, e depois ela ia começar a se recuperar, e o Idat ajudou a confirmar o que agente já achava", diz Barbosa.

O indicador combina dados públicos, como o índice de Isolamento Social, desenvolvido pela Invoco, e o consumo de energia elétrica, com dados do banco, como o consumo de bens e serviço via cartões de crédito e débito vinculados ao Itaú.

"Vimos que o consumo de energia teve o piso em abril e, em maio, começou a se recuperar", diz o economista.

Em novembro, o banco mudou a projeção de queda de 4,5%, a pior projeção do Itaú para 2020, para 4,1%, o que Barbosa chama de ajuste fino.

"Outros economistas achavam que estávamos loucos, e depois vieram os parabéns."

A instituição não vê sinais de queda na atividade neste ano e projeta crescimento de 0,3% no primeiro trimestre e de 4% no acumulado de 2021, com a Selic 5% ao fim deste ano.

Apesar da alta na taxa básica de juros, hoje a 2% ao ano, Barbosa vê a taxa média ao longo do ano como estimulativa. O principal fator para o crescimento, no entanto, será a vacinação. "É o que vai fazer o setor de serviços voltar".

A projeção do BTG para 2021, por sua vez, é mais comedida: um crescimento de 3,2%.

Em janeiro e fevereiro, porém, o banco esperava alta de 3,5% no **PIB**.

"A surpresa positiva nos últimos trimestres de 2020 deixou um forte carregamento estatístico para 2021 (3,6%). No entanto, o agravamento da pandemia no Brasil, associado a fundamentos fracos e piora da dinâmica fiscal, nos deixa mais cautelosos quanto ao crescimento em 2021", afirma o banco em relatório.

O banco ficou próximo de acertar o **PIB** do ano passado, com uma projeção de queda de 4,0%.

SP cresce 0,4% em 2020, puxado por serviços e tecnologia

Na contramão da economia brasileira, que registrou a maior contração em 30 anos, o estado de São Paulo encerrou 2020 com crescimento de 0,4%, puxada pelo resultado positivo de 1,8% do setor de serviços e tecnologia.

O desempenho do **PIB** paulista foi divulgado nesta quinta-feira (4) pelo governador João Doria (PSDB) e é calculado pela Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados).

Na quarta-feira (3), o IBGE divulgou que o **PIB** do Brasil encolheu 4,1% no ano passado, puxado por uma retração recorde de 4,5% nos serviços.

O governador paulista afirmou que a previsão é imunizar 70% da população do estado até o início do quarto trimestre e que isso vai ajudar na recuperação em 2021. Segundo ele, apenas o aparecimento de uma cepa do vírus que não seja controlável pelas vacinas existentes pode frustrar o plano de imunização e a retomada econômica.

Para 2021, o governo paulista projeta crescimento acima de 5%. As projeções de mercado para o **PIB** brasileiro estão próximas de 3,5%.

O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, afirmou que o estado já observou a chamada recuperação em "V" e que a economia paulista está 5,6% acima do patamar pré-crise.

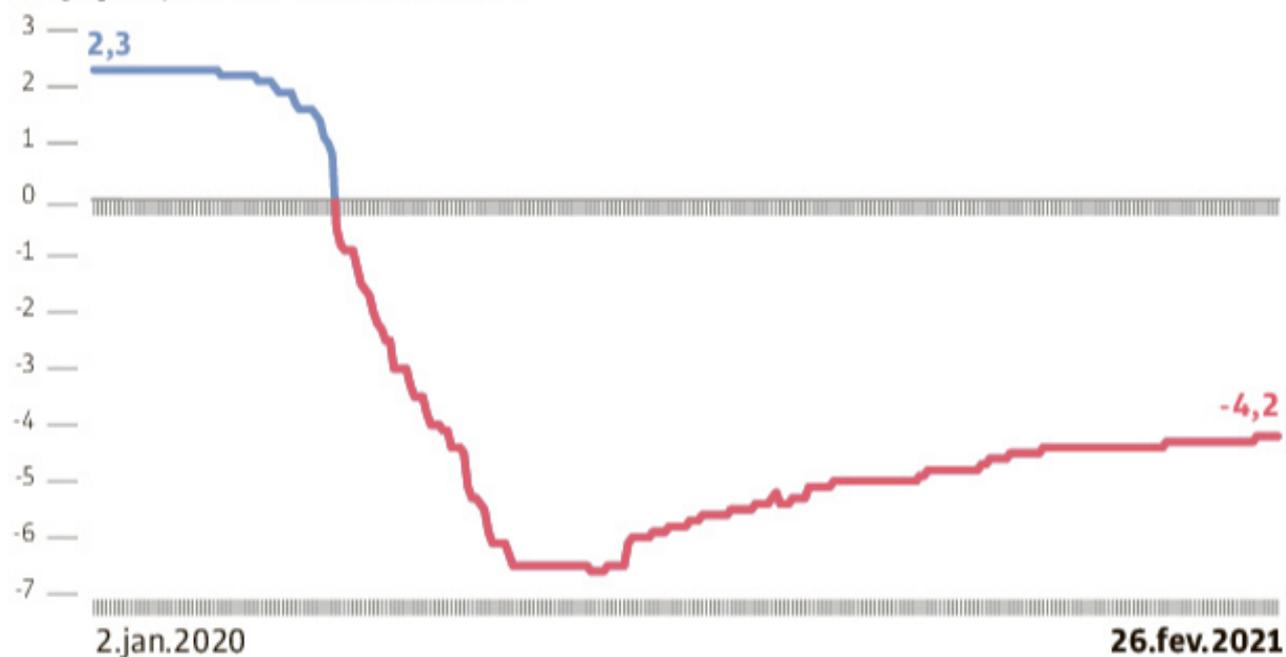
Ele destacou também o bom desempenho dos setores imobiliário, financeiro e de tecnologia da informação no estado, entre os que mais cresceram no ano passado.

"São Paulo em 2019 já cresceu mais que a economia brasileira e entrou forte em 2020, aquecida, com todos os motores funcionando a pleno vapor. Já entra em 2021 preparado para crescer. Evidentemente que é relevante para a economia a vacinação", disse o secretário. "A economia em 2021 vai crescer dependendo do ritmo de vacinação." EC

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Pesquisa Focus chegou a apontar retração de 6,6% em 2020

Projeção para o PIB 2020, em %



Fonte: Pesquisa Focus – Banco Central do Brasil

Três sugestões ao Congresso e governo - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Logo após o primeiro impacto da pandemia, em abril de 2020, a maioria dos economistas estimou que o **PIB** cairia de 6% a 8% no ano passado. O número do **IBGE** saiu nesta semana: queda de 4,1%. O desempenho foi melhor do que o esperado por três motivos.

Primeiro: devido à pressão do Congresso sobre o Executivo, houve grande expansão /iscai em 2020, de R\$ 524 bilhões, ou 7% do **PIB**, segundo números do Tesouro. O carro-chefe foi o auxílio emergencial, aquele que o governo encerrou em janeiro e agora, por nova pressão parlamentar, corre para reinstaurar.

Segundo: o Banco Central atuou corretamente, cortando a Selic para 2% e mantendo a taxa de juro em tal patamar apesar de pressões cambiais, pois a expectativa de inalação continuou sob controle. Poderia ter havido mais ação direta no crédito para o setor não financeiro, mas isso seria pedir demais ao atual do comando do BC.

Terceiro: devido ao es/orço internacional, houve rápido desenvolvimento de vacinas, que, por sua vez, gerou otimismo de que a pandemia pudesse ser rapidamente controlada no início de 2021. Como mercados se antecipam aos/atos, os preços dos ativos se recuperaram no fim do ano passado, beneficiando também o Brasil.

O desempenho econômico do Brasil poderia ter sido melhor? Sim, poderia, sobretudo se o governo federal tivesse encarado a pandemia como o risco de saúde pública que ela foi e continua sendo para todos nós.

Incentivo ao uso de máscaras, lavagem de mãos e outras práticas corriqueiras de proteção poderiam ter diminuído, em muito, o contágio.

No mesmo sentido, coordenação do distanciamento social entre União, esta dos e municípios poderia ter diminuído o impacto econômico da medida, bem como promovido o retorno mais rápido à normalidade.

Em vez dessas ações, a Presidência da República se comportou de modo irresponsável, condenando distanciamento social e, pasmem, até o uso de máscaras.

Se houvesse maior preocupação federal em proteger a população, teria ocorrido mais investimento da União na compra e no desenvolvimento de vacinas, bem como na manutenção preventiva de hospitais de campanha para lidar com a eventual segunda onda da pandemia, que, infelizmente, se materializou.

Agora, após um ano da eclosão da doença no Brasil, enquanto outros países já caminham para a normalidade, estamos novamente em risco de mergulhar no abismo devido à fanfarronice e à irresponsabilidade do governo federal.

Ainda há tempo para evitar o pior na saúde e na economia? Há opiniões para todos os lados, mas, como devemos ser construtivos no debate público, tenho três sugestões ao presidente e ao Congresso.

Na política fiscal, aprovem logo novo estímulo de até R\$ 260 bilhões ao longo deste ano (50% do que/oi feito em 2020), concentrado na transferência de renda aos mais pobres, no reforço da saúde e na geração de emprego, sobretudo em construção civil, quando o risco de contágio diminuir.

Na saúde, acelerem a aquisição e a produção de vacinas, pois o SUS tem estrutura para imunizar rapidamente a população, e reforcem novamente a capacidade de atendimento hospitalar Na "guerra" contra a Covid, se nossos profissionais de saúde tiverem os instrumentos necessários, eles darão conta do trabalho.

E, na política em geral, promovam medidas que protejam a população em vez de criar inimigos imaginários para camuflar incompetência. No Brasil de hoje, isso significa defender publicamente o distanciamento social para quem pode praticar distanciamento social e cuidado (máscara e outras formas de proteção individual) para quem não pode praticar distanciamento social.

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

A cartilha de Bannon e as aberrações de Bolsonaro - COLUNA DO ESTADÃO

COLUNA DO ESTADÃO



» **CLICK.** O ex-ministro da Saúde José Serra, de 78 anos, recebeu a 1ª dose da vacina contra a covid-19. Ficou feliz, mas lamentou o ritmo lento da vacinação no País.

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Uma das estratégias vocalizadas por Steve Bannon e colocada em prática na primeira campanha de Donald Trump dizia mais ou menos o seguinte: o "personagem" deve dar declarações diárias, polêmicas, mesmo que absurdas e contraditórias, com um único objetivo, o de disputar espaço no noticiário. Em termos simples, sobra menos espaço na imprensa e na atenção dos receptores para as notícias críticas em relação ao "personagem" ou a seu governo. Quanto mais absurda a declaração, mais chamará a atenção e mobilizará as audiências.

» Falem mal... Conforme esse receituário, aberrações retóricas como as produzidas por Jair Bolsonaro no Triângulo Mineiro podem não se tratar apenas de destempero, ausência de empatia ou cortina de fumaça, mas de disputa por espaço no noticiário completamente carregado e desfavorável a ele dos últimos dias.

» ...mas de mim. Quem não gosta de Bolsonaro se indigna. Porém, com base nas pesquisas é possível suspeitar que a parcela de apoiadores do presidente não move sobrancelha de reprovação às declarações desumanas.

Já quando o assunto é o casarão de Flávio Bolsonaro, sondagens têm detectado insatisfação.

» Xi... A crise na Petrobrás também não agrada a parte dos apoiadores.

» Livre. Claro, sem qualquer tipo de fiscalização do Congresso (o Senado nem sequer consegue instalar uma CPI) e da PGR, Bolsonaro testa os limites e sobe cada vez mais o tom.

» São os outros. Bolsonaro disparou no WhatsApp mensagens para aliados com trecho de uma enquete segundo a qual mais de 90% dos participantes afirmam que os responsáveis pela queda no **PIB** são os governadores e prefeitos.

» Ação. A deputada estadual Marina Helou (Rede) é uma das autoras de projeto que garante prioridade para profissionais da educação em São Paulo. "Escolas têm que ser as últimas a fechar e as primeiras a abrir. Isso é garantir o direito de crianças e adolescentes a um futuro", diz.

» Pegadinha... Apesar de o nome de Bia Kicis (PSLDF) estar bem encaminhado para presidir a CCJ, há uma estratégia para tentar derrotá-la no voto, sem candidatura adversária. Como?

Votando em branco.

» ...do malandro. Como o voto é secreto, os partidos não seriam acusados de descumprir acordo. Uma vez derrotada, ela não poderia se recandidatar.

» Coletivo? Do líder do DEM, Efraim Filho (PB): "Há um acordo. Portanto, deve ser a Bia (Kicis) na presidência da CCJ. A gestão vai ser compartilhada. Se ela partir para uma agenda mais específica dela, nada andar na comissão".

» Memória. Duas missas serão celebradas no próximo fim de semana em memória de Mário Covas, morto há 20 anos. Ambas serão online e transmitidas no Facebook da fundação que leva o nome do governador e fundador do PSDB: amanhã (sábado), 6, às 10h30, e domingo, 7, às 18h.

» Memória 2. "Ele nos deixou há 20 anos, mas o legado de seu ideário, tão atual nos dias de hoje, não pode ser esquecido", afirma Sergio Kobayashi, presidente da Fundação Mário Covas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ser esquecido”, afirma Sergio Kobayashi, presidente da Fundação Mário Covas.

**COM MARIANA HAUBERT
MARIANNA HOLANDA**

» **SINAIS PARTICULARES.**
Marina Helou,
deputada estadual
(Rede-SP)

KLEBER SALES/ESTADÃO



PRONTO, FALEI!



Jaques Wagner
Senador (PT-BA)

“Chega a ser risível a base do governo pedir que senadores coloquem freio no presidente. Querem frear o valor do auxílio e não têm coragem de assumir.”

PIB paulista resiste e cresce 0,4% na pandemia (3)

A economia paulista mostrou forte capacidade de reação no ano marcado pelo impacto brutal da pandemia de covid-19 sobre a atividade econômica em todo o mundo. Ao contrário da economia brasileira, que encolheu 4,1% em 2020, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que confirmaram as projeções predominantes nos últimos meses, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Estado de São Paulo registrou alta de 0,4% no ano passado. São cálculos da Fundação Seade, órgão do governo do Estado responsável pela compilação de estatísticas econômicas e sociais paulistas, inclusive as que abastecem a base de dados do IBGE.

Embora pequena, a expansão é um fato auspicioso, visto que a economia mundial - com exceção da China e de poucas nações - encolheu por causa da pandemia. No quarto trimestre de 2020, o **PIB** paulista foi 2,5% maior do que o do trimestre anterior e 4,9% maior do que o de um ano antes, o que mostra mais vigor nos últimos meses. A indústria, setor do qual São Paulo responde por boa parte da produção nacional, encolheu 2,9% em 2020, mas o resultado de dezembro, com alta de 13,4% na comparação com o mesmo mês de 2019, mostra forte recuperação.

O resultado do **PIB** paulista de 2020 foi assegurado pelo desempenho do setor de serviços, que cresceu 1,8%. Já a agropecuária teve desempenho semelhante ao da indústria, com redução de 1,7%.

Ao comentar esses números, o secretário da Fazenda do Estado, Henrique Meirelles, observou que, no caso dos serviços, as tecnologias de comunicação e de informação, com os serviços financeiros e as atividades imobiliárias, foram as principais responsáveis pelo crescimento.

Sobre o resultado geral do **PIB** paulista, Meirelles observou que São Paulo teve menor redução do que a queda média da economia brasileira, recuperou-se mais depressa e, assim, conseguiu fechar o ano com resultado positivo.

O Indicador **PIB+30** - desenvolvido pela Fundação Seade para antecipar o comportamento da economia paulista e fornecer informações para balizar decisões sobre políticas públicas - indica queda em janeiro, na comparação com dezembro. Mas, para o ano, a projeção é positiva, com expansão média de 5,3%, a

depender, obviamente, de fatores como avanço da vacinação e ambiente econômico e político.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes vê perda estrutural em PEC do auxílio

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Era por volta de uma e meia da tarde de ontem, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe puderam respirar mais aliviados.

O plenário do Senado havia acabado de manter o texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial com o limite de R\$ 44 bilhões para a despesa com o pagamento da nova rodada do auxílio para os mais vulneráveis.

Se tecnicamente foi desconcertante incluir no texto constitucional um valor fixo para o pagamento do auxílio, a trava de gastos acabou sendo a forma encontrada pelo Ministério da Economia para impedir que mais tarde os parlamentares aumentassem o valor do benefício e o seu alcance sem que houvesse uma contrapartida de economia de despesas. Afinal, a proposta foi aprovada sem ajuste no curto prazo nem caso seja decretado novamente estado de calamidade para novos gastos para o combate dos efeitos do recrudescimento da pandemia em 2021.

O risco de cair a barreira de R\$ 44 bilhões estava no radar na votação em segundo turno e era mais uma batalha a ser superada para aprovação da PEC, após a queda de braço do ministro Paulo Guedes e seus principais secretários para evitar a exclusão do programa Bolsa Família do teto de gastos (a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**), manobra que foi patrocinada pelo próprio Bolsonaro e lideranças governistas no Congresso, como mostrou ontem o Estadão.

Com o mercado derretendo por causa da aposta no teto de gastos como âncora fiscal para controle da trajetória de endividamento, o presidente foi alertado dos riscos e desistiu de levar adiante a proposta, que tinha apoio dos aliados e da oposição.

Senadores não alinhados com o presidente, porém, dispararam alertas para o risco de não darem um "cheque em branco" para o presidente garantir a sua reeleição. Se o ministro Luiz Eduardo Ramos, articulador político do governo, avisou aos líderes a decisão do presidente de recuar, coube ao presidente da Câmara, Arthur Lira (DEM-PL), garantir aos investidores que não haveria medidas.

Nas horas que antecederam a votação em primeiro turno, Guedes partiu para o tudo ou nada para evitar não só o fura-teto, mas o fatiamento e desidratação da PEC, mantendo-se apenas o auxílio. Em meio ao vaivém e uma ida ao Tribunal de Contas da União, ao lado do ministro da Casa Civil, Braga Neto, para uma reunião com o ministro Bruno Dantas, Guedes avisou às lideranças governistas que não "contassem com ele" para a mudança no teto.

Não chegou, porém, a ameaçar demissão do cargo. No dia seguinte, agradeceu a Bolsonaro.

"O presidente sempre nos apoia no momento decisivo", afirmou em vídeo gravado ao lado do relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Se o discurso oficial ontem foi de vitória pelo resultado que evitou, na opinião de auxiliares do ministro, um "desastre" maior com a mudança da PEC, o sentimento na equipe, por outro, foi de perda de uma dos pontos estruturais da PEC: a possibilidade de acionamento dos gatilhos em caso de calamidade por mais dois anos seguintes. A economia da PEC foi baseada nesse dispositivo. "Que ajuste se faz em um ano?", resumiu um auxiliar de Guedes, que admite que o momento continua muito delicado para as contas públicas e que nova batalha vem pela frente na Câmara, onde a PEC ainda será analisada na semana que vem, e na definição e tramitação da medida provisória (MP) que vai definir valores e regras para o pagamento do auxílio.

A primeira batalha, no entanto, não foi perdida porque há na PEC medidas importantes que fortalecem o arcabouço institucional das regras fiscais. Uma vitória que foi comemorada entre 10 e 10 técnicos do Ministério da Economia foi a liberação de superávit financeiro de fundos públicos para o pagamento da dívida pública. Uma medida que pode abater mais de R\$ 100 bilhões do estoque da dívida, melhorando a sua gestão pelo Tesouro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para economistas, ajuste fiscal vira promessa em PEC

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA A aprovação da PEC que autoriza uma nova rodada do auxílio emergencial afastou uma crise de confiança na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas as principais medidas de controle das despesas que ficaram no texto - aprovado em dois turnos pelo Senado - viraram muito mais uma promessa de ajuste fiscal para o futuro.

A proposta foi aprovada com perdas e ganhos em relação ao projeto inicial de Guedes, que pretendia atrelar a concessão do auxílio a um novo regime fiscal capaz de sinalizar a sustentabilidade das contas públicas.

Se por um lado Guedes e sua equipe tiveram uma vitória ao conseguir implodir a tentativa de retirar o Bolsa Família do teto de gastos, por outro houve prejuízo no acionamento dos chamados "gatilhos" de corte de despesas em caso de novo decreto de calamidade. Os danos nessa frente afastaram qualquer possibilidade de um ajuste mais significativo para compensar o aumento do endividamento para bancar medidas de combate à pandemia.

Pela proposta aprovada, União, Estados e municípios são obrigados a adotar os gatilhos somente durante a duração da calamidade, e não mais pelos dois anos seguintes como queria a equipe econômica.

Com isso, a possibilidade de estender o congelamento dos salários dos servidores, garantido apenas até o fim de 2021, fica afastada. O revés veio após intensa articulação política de várias categorias do funcionamento junto ao Senado.

Outro ponto negativo apontado por economistas é que, mesmo pelo lado da emergência fiscal, o ajuste ficou mais distante no horizonte. A referência para o acionamento automático dos gatilhos que ajudarão a cumprir o teto é considerada elevada: é preciso que despesas obrigatórias alcancem 95% dos gastos totais. Hoje, esse patamar está em 93,4%. A previsão do próprio Tesouro é que o nível de 95% só deve ser atingido em 2024, com acionamento dos gatilhos em 2025.

"É uma promessa de ajuste de futuro. Tem de ver se isso vai se concretizar", avalia o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do

Ibre/FGV. Pires ressalta que Guedes fez uma aposta muito grande na necessidade da PEC em troca de dar o auxílio e, ao final, correu o risco de arranhar a credibilidade se nenhuma medida fosse aprovada. "O ajuste fiscal ficaria muito desacreditado." Além de o "sarrafo" de 95% para acionar os gatilhos do teto ter ficado alto, a regra tampouco resolveu o problema crescente do achatamento das despesas discricionárias, que incluem o custeio da máquina e os investimentos e são alvo de cortes quando as obrigatórias crescem em ritmo mais acelerado.

Os especialistas alertam que há um risco não desprezível de se chegar a uma situação insustentável de funcionamento da máquina sem que as medidas de ajuste tenham sido disparadas.

A criação de mais um regra fiscal também é apontada como um ponto negativo.

"É preciso ter claro que a aprovação da PEC não vai produzir ajuste fiscal de imediato", reforça o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto.

"(O texto) Não produz um ajuste fiscal que possa ajudar a complementar o teto de gastos nos próximos quatro a cinco anos." Ainda segundo ele, sob essa proposta, a dívida pública vai continuar crescendo.

O economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper, também critica o fato de o ajuste ter ficado muito para frente.

"Fez tudo isso (a PEC para ter o auxílio) para ter gatilhos e não vai ter os gatilhos", diz. Apesar disso, ele reconhece que a autorização para Estados e municípios usarem as ferramentas de ajuste quando suas despesas correntes chegarem a 95% das receitas correntes, sem necessidade de recorrer aos Legislativos locais, é um importante mecanismo de via rápida para ajustes.

Embora a regra seja facultativa, há um incentivo para adotá-la: a possibilidade de aval do Tesouro em empréstimos mais baratos.

"Manobras fiscais". A PEC também tem o mérito de pôr fim a manobras feitas por Estados e municípios para maquiarem despesas com pessoal e cumprir

artificialmente os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A "criatividade contábil", feita com apoio de Tribunais de Contas, abriu uma verdadeira avenida para reajustes dentro dos orçamentos estaduais e municipais, resultando em brutal aumento na folha de salários na última década. A PEC harmoniza os conceitos para o cálculo das despesas com pessoal, adotando os critérios definidos pelo Tesouro.

Com larga experiência em texto legislativo, Mendes afirma que a proposta, ao prever os gatilhos de ajuste em situações de calamidade nacional, criou ao mesmo tempo uma série de exceções sob uma redação que "vai dar pano para manga em interpretação".

Mendes lamenta a retirada do dispositivo que permitiria a governadores e prefeitos fazerem bloqueios em despesas do Legislativo e Judiciário em caso de frustração de receitas, algo que já é feito na União por meio de acordo entre os Poderes.

Nos Estados e municípios, esse tipo de acerto é difícil, e o Executivo local acaba arcando sozinho com os cortes, levando a situações em que sobra dinheiro no caixa do Judiciário, por exemplo, mas professores estão com salários atrasados.

Uma medida que divide opiniões é a previsão de um programa de corte de metade das renúncias tributárias (hoje em 4% do **PIB**) em oito anos. "Isso é totalmente inócuo, não ajuda em nada, atrapalha. Não vão mandar esses projetos", prevê Mendes. Para ele, o fato de colocar na Constituição não obriga o presidente a enviar a proposta de redução das isenções. Ele destaca que as exceções previstas na PEC, de incentivos que não fazem parte da meta de redução, chegam a quase metade do total de renúncias, o que concentra o corte em todo o resto.

I Parâmetro

95% é o patamar mínimo das despesas obrigatórias em relação aos gastos totais para o acionamento de "gatilhos" de corte de gastos

O QUE TEM NA PEC

Emergência fiscal Positivo: »Criou regra clara para o acionamento dos gatilhos de contenção de despesas para União, Estados e municípios »Com a promulgação da PEC, 14 Estados já devem se habilitar ao uso dos instrumentos para frear gastos, sem necessidade de autorização das Assembleias Legislativas **Negativo:** »Na União, acionamento dos gatilhos não deve ocorrer antes de 2024, o que adiou o ajuste para o médio prazo »Nos Estados e municípios, o acionamento dos gatilhos é opcional.

Há, porém, um forte incentivo, uma vez que governos desajustados ficarão sem aval da União para contratar empréstimo mais barato - um ponto positivo dentro das circunstâncias Calamidade nacional **Positivo:** »Criou protocolo padrão para despesas fora das amarras fiscais em casos de extrema necessidade, a exemplo do que ocorreu em 2020 na pandemia. O protocolo está associado ao acionamento de gatilhos de contenção de despesas para União, Estados e municípios, o que inclui congelamento de salários **Negativo:** »O governo queria que os congelamentos durassem até dois anos após o fim da calamidade nacional, prolongando o ajuste. O Congresso, no entanto, derrubou esse dispositivo e manteve os gatilhos apenas enquanto a calamidade estiver em vigor **Auxílio emergencial Positivo:** »Destrava a nova rodada do benefício a vulneráveis »Equipe econômica conseguiu manter limite de R\$ 44 bilhões para os gastos fora do teto **Subsídios Positivo:** »Obriga o presidente da República a enviar, em até 6 meses, um plano para rever benefícios tributários, acompanhado das respectivas propostas legislativas.

Corte inicial precisa ser de ao menos 10%. Demais reduções devem ser suficientes para que não ultrapassem 2% do **PIB** em 8 anos. Hoje, são 4,2% do **PIB** **Negativo:** »Exclui do alcance do plano obrigatório incentivos como Simples Nacional, Zona Franca de Manaus e produtos da cesta básica **Alguns outros pontos Positivo:** »Foi extinto o artigo que obrigava a União a abrir uma linha de crédito subsidiada para Estados e municípios quitarem seus precatórios, o que poderia abrir rombo de mais de R\$ 100 bilhões.

»Revogação do dispositivo que gerou a Lei Kandir, para compensar governos regionais pela desoneração do ICMS sobre exportações **Negativo:** »Congresso inseriu uma série de exceções nas medidas que desvinculam recursos no Orçamento, inclusive permitindo o "carimbo" em receitas destinadas às ações de defesa e às Forças Armadas

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Na contramão do país, PIB de SP cresce 0,4%

Marta Watanabe

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Estado de São Paulo cresceu 0,4% em 2020, disse ontem o governador João Doria (PSDB), com base em cálculos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O anúncio foi feito um dia depois de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informar que o **PIB** do país recuou 4,1% em 2020.

Doria disse que o crescimento do Estado, num contexto de retração na atividade do país e na maior parte dos países, mostra a força de São Paulo. Ele destacou que o programa de desestatização paulista, iniciado em janeiro de 2019 e com continuidade, contribuiu para esse resultado, já tendo o Estado ido quatro vezes nesse período à B3 para leilões de concessões.

O **PIB** de São Paulo foi puxado por serviços e tecnologia, que representam 77% da economia e cresceram 1,8% ao ano, com destaque para atividades financeiras, construção civil e outros serviços de tecnologia e informação. Agropecuária caiu 1,7% e indústria recuou 2,9%.

O secretário estadual de Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, mencionou uma recuperação em "V" da economia paulista em 2020 ao detalhar o crescimento do **PIB**. Segundo ele, a economia do Estado entrou forte em 2020 e, apesar do impacto da pandemia, principalmente no segundo trimestre, teve recuperação mais rápida que a economia do país e do mundo. "São Paulo entra em 2021 preparado para crescer."

Meirelles defendeu a vacinação como crucial para a retomada da economia brasileira.

Em menção às questões fiscais, disse que é positivo que o Congresso pareça estar decidido a manter teto de gastos. "A pior coisa seria sair de uma crise sanitária e entrar numa crise fiscal", afirmou ele.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Empresas temem falências e demissões

Árcia Martins, Hugo Passarelli e Alessandra Saraiva

O descaso no combate à pandemia de covid-19 cobrou seu preço. Uma escalada de mortes pela doença em meio ao colapso generalizado da infraestrutura hospitalar no país levou a restrições mais duras de circulação. Com isso, empresas dos setores de serviços, comércio e indústria que começavam a pagar dívidas e a recuperar-se de prejuízos temem uma nova onda de fechamento de empresas, demissões e inadimplência. Todos pedem medidas de apoio, como prorrogação de linhas de crédito e suspensão temporária no pagamento de **impostos**, para enfrentar as consequências e as incertezas provocadas pela segunda onda da pandemia no Brasil.

Há também quem, como a Federação das Associações Comerciais de São Paulo, defenda lockdowns localizados, com "critérios para evitar sacrifícios além do necessário".

Entidades ligadas ao comércio e serviços, em especial aqueles que dependem mais de circulação de pessoas, disseram **temer** pela sobrevivência das empresas. Em 2020 foram fechadas 75 mil, maior número desde recessão de 2016. A incerteza é tão grande que a Confederação Nacional do Comércio e Serviços (CNC) trabalha com três cenários, mas nem no mais otimista deles o número de lojas abertas compensaria as perdas do ano passado. No Rio, bares e restaurantes ameaçam não quitar a folha de salários que vence hoje e estimam pelo menos mil demissões por semana.

A situação é especialmente grave para as pequenas empresas. Nas indústrias de menor porte, a pressão extra com a alta dos insumos e o desabastecimento de matérias-primas se alia ao acesso mais restrito ao crédito e à demanda já enfraquecida. Quase um quinto da pequena indústria depende do cheque especial para capital de giro, segundo o sindicato da categoria, o Simpi. O setor, assim, como comércio, quer a prorrogação da carência das parcelas do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Para a Fecomercio SP, a medida seria importante para garantir, durante as duas semanas que devem durar a fase vermelha no Estado, a sobrevivência de pequenas empresas, que representam cerca de 95% do setor.

A entidade ainda calcula que a fase vermelha do Plano SP vai gerar uma perda de faturamento de cerca de

R\$ 11 bilhões em março. Representantes de bares e restaurantes do país preveem queda de 30% na receita do primeiro trimestre relação ao ano passado e já reduziram a expectativa para o faturamento do ano em R\$ 20 bilhões, para R\$215 bilhões.

Ainda na indústria, sem um avanço da vacinação no país, o setor deve perder o vigor demonstrado no fim do ano passado e início deste, quando já houve alguma perda de dinamismo por causa do fim dos estímulos como o auxílio emergencial, diz o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin. "Podemos entrar em um período de crescimento muito irregular, a depender da abertura ou fechamento da economia, mesmo que, no agregado do ano, a indústria tenha algum crescimento". As incertezas, afirma ele, vão bater na atividade de uma forma geral.

Mas as opiniões sobre o desempenho da indústria brasileira são desiguais. Para alguns, como Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, mais que os lockdowns, a percepção de aumento de risco e a pressão no câmbio e na **inflação** são fatores que podem complicar o desempenho das empresas. Para outros, como Luana Miranda, do Ibre-FGV, a piora da pandemia pode esfriar a recuperação do setor industrial pelo canal da perda de renda das famílias, que afeta o consumo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Aéreas cortam voos; "lockdown" preocupa hotéis e agências

Cristian Favaro

O recrudescimento do covid-19 no Brasil deixou entidades e empresários ligados ao setor de turismo em modo de alerta. Depois de uma pandemia que parou o setor no ano passado, a retomada que havia ganhado força até dezembro se perdeu.

As novas medidas de lockdown, como as anunciadas pelo governo de São Paulo, já provocaram mudanças nos planos de companhias aéreas, hotéis e outros grupos.

O diretor presidente da Azul, John Rodgerson, disse nesta quinta-feira que a piora no cenário e desafios após o lockdown em São Paulo levaram a empresa a cortar em cerca de 50 voos por dia a projeção de oferta em março e abril.

"Vamos continuar avaliando como vai ser maio para frente", disse o executivo.

A estimativa da empresa é operar cerca de 600 voos por dia em março e abril. Em janeiro, o pico registrado superou os 700 voos por dia.

Na mesma direção, a Latam disse que está revisando todas as suas projeções de retomada da capacidade. "No Brasil, desde meados de 2020, a companhia vinha retomando mensalmente e com mais agilidade a sua capacidade doméstica", disse a empresa, em nota. "No entanto, em janeiro para fevereiro de 2021, a Latam já precisou interromper esse ciclo e reduzir de 63% para 57% a retomada da sua capacidade doméstica no país."

O presidente da CVC, Leonel Andrade, destacou que o setor ainda não apresentou sinais de retomada consistentes. A melhora, segundo ele, deve começar a chegar apenas depois no segundo semestre, isso se a campanha de vacinação conseguir cobrir uma parcela significativa dos brasileiros.

"O que estamos vendo hoje são cancelamentos e postergações. Só na CVC, temos 1 milhão de clientes com créditos na ordem de R\$ 1,5 bilhão. Normalmente, o número de clientes com crédito era na casa de 50 mil a 100 mil", afirmou Andrade.

Andrade apontou ainda que o setor de turismo careceu

de ajuda dos governos federal e estaduais durante a pandemia.

"Não tivemos nada coordenador para o setor de turismo, que representa 8% do **PIB** brasileiro."

Ele disse que a empresa está em posição tranquila de liquidez após a injeção R\$ 700 milhões de reais pela pelos acionistas, além da promessa de outros R\$ 400 milhões. "Mas não adianta nada a CVC sobreviver se os guias turísticos desaparecerem, se os franqueados desaparecerem. Somos uma cadeia", disse.

Na hotelaria o cenário não é diferente. Segundo o presidente da associação da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional), Manoel Linhares, a expectativa do setor era já encontrar um mercado muito melhor no primeiro semestre deste ano no turismo de lazer.

"Agora, essa retomada deve vir só no segundo semestre. Isso se a gente não passar para o ano que vem", disse.

O turismo de negócio tem retorno ainda mais incerto. Com a suspensão de feiras e eventos corporativos, o mercado hoteleiro de São Paulo está estagnado e não deve se recuperar antes de 2023, estima a entidade.

O Carnaval, mês importante para o setor, trouxe uma taxa de ocupação média dos hotéis do país de 40% contra 80% na festividade de 2020, segundo estimativas da ABIH Nacional.

"Somos diferentes da indústria. Nós não temos estoque para vender mais tarde. A cada noite não vendida é prejuízo absoluto", disse Linhares.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PEC Emergencial traz alívio para cenário fiscal, dizem analistas

Anais Fernandes

O cenário fiscal para o Brasil na pandemia já foi pior, mas não estão descartadas futuras pressões por mais gastos sociais e de socorro a empresas, a depender de como o país vai atravessar o momento mais agudo da crise, avançar na vacinação e possibilitar a retomada econômica.

A percepção dos analistas melhorou após a aprovação da PEC Emergencial no Senado. Ainda que o texto não preveja corte robusto de gastos de imediato, a avaliação é que foram estabelecidas regras e mecanismos claros para uma trajetória mais crível das contas públicas no médio-longo prazo. "Precisamos olhar o filme, e ele mostra que não tínhamos histórico anterior de ajuste fiscal pelo lado da despesa", afirma Alexandre Manoel, sócio e economista-chefe da MZK Investimentos.

Dado o "incêndio" que o Brasil vivência, o texto que passou ontem em segundo turno "ficou de bom tamanho", segundo Carlos Kawall, diretor do ASA Investments. Um dia antes, quando havia rumores de que mais programas ficariam de fora do teto de gastos, "a bala passou do lado do rosto", diz o ex-secretário do Tesouro Nacional. É um exemplo de como "a dinâmica política não é linear", observa ele. "Tudo remete à necessidade de disciplina, mas sabemos que o percurso será em águas turbulentas."

Podem surgir circunstâncias em que o auxílio tenha de ser renovado, reconhece Kawall. "Não dá para descartar. Mas também acho que não há espaço para casuismo político", afirma. "Se em três ou quatro meses estivermos com um número de casos e mortes parecido com o atual, novas cepas, vacinação nesse ritmo, é uma realidade que poderá se impor, mas pela pandemia."

Outras pressões como de setores que solicitem ajuda ao governo também não podem ser descartadas, mas "isso é o Brasil no seu modo normal", diz o diretor do ASA. "Acho que está claro que a institucionalidade fiscal tem de ser mantida nesse momento. Ela dá alguma brecha para atuar na pandemia, mas se começar a fazer "festa", com uma relação dívida/PIB de 90%, curva de juros empinada, risco-país e dólar atuando para que as condições financeiras sejam contracionistas..."

As decisões erradas do presidente Jair Bolsonaro - a maior delas, a condução da própria crise sanitária, segundo Kawall - trazem incerteza. Simplesmente o governo anunciar mais gastos, no entanto, não seria algo trivial, avalia ele, destacando que instituições como o Legislativo e o judiciário estão funcionando e podem colocar limites. "Tem uma eleição em jogo. Se houvesse um uso eleitoral desse benefício para fins políticos, não acho que o Congresso, o Supremo [Tribunal Federal], o Tribunal de Contas e a sociedade comprariam."

O texto aprovado ontem no Senado prevê o pagamento do auxílio emergencial fora do teto de gastos, mas com um custo limitado a R\$ 44 bilhões. "Entendo que não tinha como fazer o auxílio neste ano dentro do teto", diz Kawall.

A trava pode ser "um copo meio cheio ou meio vazio", avalia Fabio Klein, analista de contas públicas da Tendências Consultoria. "De um lado, é positivo ao sinalizar que não é um cheque em branco. Mas pode ser contraproducente se a incapacidade de superar a pandemia continuar. E esse é um cenário bem plausível."

A Tendências está revisando seus cenários. No mais pessimista - que não é o base por ora -, a "cara" seria de um governo incapaz de dar conta da pandemia, efeitos em cadeia no crescimento econômico e "tentação" de começar a prorrogar benefícios. "Abrir aqui e ali a torneira", resume Klein. Por enquanto, o Congresso dá sinais de atenção à restrição orçamentária e fiscal, mas não quer dizer que isso está dado até o fim de 2022, alerta Klein. "Se o presidente [Bolsonaro] começar a pressionar por mais gastos e dentro do Centrão, que é essa "geleia" meio difusa..."

O Brasil está de dois a três meses "atrasado" em relação ao ciclo pandêmico de nações desenvolvidas e não deve chegar ao meio do ano com a igual perspectiva de vacinação e retomada da atividade, observa Manoel, da MZK. "Por causa de alguns mecanismos da PEC, pode ser discutido algum complemento de auxílio ou programa de crédito a pequenas empresas em níveis menores, talvez um reforço ao Bolsa Família, mas tudo temporário e no curto prazo", diz o economista, que é também ex-

secretário de Avaliação de Políticas Públicas,
Planejamento, Energia e Loterias do Ministério da
Economia.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Lira busca a via rápida para a anti-reforma política (3)

A pós a eleição do novo comando do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro foi levar os 30 projetos supostamente prioritários para seus aliados recém-eleitos para presidir a Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Lira, expoente do Centrão, não revelou os seus, aos quais celeremente deu precedência sobre os do governo a ponto de parecerem as verdadeiras PECs de emergência. Com determinação e foco, em um momento em que o Congresso tem dificuldade de realizar seções presenciais, Lira abriu a discussão sobre o desmonte da legislação eleitoral, o desmonte das leis que coíbem a improbidade administrativa e, se não fosse pouco, e dos mecanismos do Orçamento, dando maior poder possível aos parlamentares na distribuição de verbas.

Em pleno recrudescimento da pandemia e aceleração das mortes, o líder do Centrão tirou da algibeira duas propostas. Apropriou-se do mantra do ministro Paulo Guedes, um dos três "Ds" - desvincular-para em meio à maior crise sanitária da história do país eliminar os pisos de gastos obrigatórios da saúde e da educação. Em um par de dias entre a coleta de assinaturas e a submissão ao plenário, tentou aprovar uma proposta de emenda à Constituição que praticamente blinda os parlamentares de serem punidos pela Justiça e coloca como árbitro dos eventuais delitos cometidos por eles para a corte camarada da Comissão de Ética, cuja indolência e desinteresse é notória.

Um clamor público contra ambas propostas indecorosas teve resultados distintos. A desvinculação dos recursos caiu logo por terra pelo absurdo de tentar resolver com um golpe de mão uma questão complexa e fora de ordem na conjuntura da pandemia. Mas a PEC da impunidade seguirá tramitando, um pouco mais distante dos holofotes ante os quais a pressa de Lira a terminou colocando. É aí que mora o perigo.

O presidente da Câmara, diante da ausência da instalação das comissões, tem jogado as pautas diretamente ao plenário. Se esse expediente pode ser benéfico no caso da PEC emergencial, que garantirá uma nova rodada de pagamentos de auxílio à população, por outro lado pode dar via rápida a projetos nefastos, como aquele que busca retrocessos nítidos na legislação eleitoral e, em particular, na forma de escolha dos representantes do povo.

A estratégia para isso é a mesma. Como a Comissão de Constituição e Justiça não foi instalada, a ideia é votar logo a admissibilidade de uma proposta de PEC no plenário. As intenções que pululam em volta das mudanças eleitorais têm a cara do fisiologismo do Centrão. Em um dos Congressos com o maior número de partidos do mundo, onde as duas maiores bancadas mal chegam a ter 10% dos deputados, o objetivo é derrubar a cláusula de barreira para que tudo continue como está: um aventureiro qualquer cria um partido que, aprovado, ganha tempo de TV, dinheiro do fundo eleitoral e partidário etc.

Na verdade, tudo pode piorar. Ao lado do fim da barreira está a proposta do "distritão", dentre todos os sistemas de escolha possivelmente o pior já inventado, pois favorece figuras populares, de alta visibilidade, que seriam bons de voto (como o palhaço Tiririca ou jogadores de futebol) em detrimento de quadros partidários e dos próprios partidos. A PEC muda prazos de mandatos, proíbe reeleição e muitas coisas mais - constam do texto para discussão, que ainda poderá ser piorado ao longo do tempo.

A Justiça Eleitoral será enquadrada na discussão do Código de Processo Eleitoral, que vedará que ela faça mudanças nas normas das eleições sem que sejam aprovadas pelo Congresso. Um dos pontos centrais é a volta das coligações nos pleitos proporcionais -já extinta na eleição de 2020-, um esquema fajuto em que o eleitor vota em um candidato e elege junto outro que pensa o contrário.

O futuro desenhado pelos partidos do Centrão é ampliar os privilégios dos parlamentares e assegurar sua reprodução. Partidos ameaçados de extinção são aliados do PP de Lira, como Patriota e Avante. Mas o fim da cláusula de barreira não atende aos interesses dos grandes partidos, que também têm restrições ao "distritão". Muita coisa pode mudar, mas a intenção desse amálgama de partidos oportunistas e sem programa é assegurar um ambiente onde possam continuar sendo indispensáveis ao apoio parlamentar de qualquer governo para obter vantagens várias - nem todas lícitas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>